

SENSACIONALISMO E VIOLÊNCIA

A influência da reportagem policial na gênese do crime

Guilherme Patrus M. Pena

A influência dos meios de comunicação social no comportamento humano vem, há algum tempo, sendo objeto de sérios estudos.

No caso específico da violência, são muitos os que atribuem aos veículos de informação, notadamente os mais populares, uma participação evidente no recrudesimento da criminalidade.

A questão tem implicações profundas e sua comprovação não é tarefa simples, tamanha a subjetividade que implica tanto nas causas do comportamento criminoso, como na análise da representação da violência feita pelos órgãos de comunicação.

A violência sempre esteve presente na história da humanidade, seja no primitivismo da era das cavernas ou na mais real atitude agressiva de um cidadão urbano do final do século XX. E o que nos parece ainda mais incompreensível é a incapacidade do homem em conter este processo. Pelo contrário: percebe-se que o homem tem se tornado cada vez mais insensível e indiferente diante da violência, um fenômeno incorporado à vida moderna de maneira gritante e, mesmo assim, tratado como se o seu caráter instintivo impedisse a sua contestação. E isto é grave. Aceitar a violência como um dado imutável da condição humana significa deixar de acreditar na evolução do homem.

Os fatos nos levam a admitir que o sensacionalismo na divulgação de ocorrências violentas se dá em função direta da impossibilidade de se compreender a violência em si. Nesse sentido, o lado absurdo, irracional, inexplicável do comportamento humano passa a ser tratado de maneira também absurda. Na impossibilidade de descrevê-lo dentro do universo de representações possíveis do real, o sensacionalismo é a forma encontrada para tentar reproduzir a imagem desse lado escuro da humanidade.

Devemos esclarecer que estas questões já nos perseguiram antes mesmo de estourar o "Caso Vânia", objeto de nosso estudo. Não nos parecia, e ainda não nos parece sensato, que considerável espaço dos jornais e programas de rádio e TV seja dedicado à divulgação de fatos criminais

em toda a sua diversidade, aprofundando em detalhes que, a nível de informação, pouco ou nada acrescentam ao leitor. A mera curiosidade popular não justifica a representação de tanta violência.

O "Cabo Vânia" foi impressionante. O crime chegou a chocar até mesmo repórteres e policiais já habituados a tratar com distanciamento emocional os mais violentos episódios, como "ossos do ofício". No entanto, a sua divulgação pelos meios de comunicação de alcance popular se deu em intensidade e com um exagero sensacionalista somente proporcional à violência do fato.

Estas observações, conjugadas com o sensível aumento dos índices de violência sexual a partir da divulgação do "Caso Vânia", sugeriram a idéia de realizar esta pesquisa. Se, por um lado, este trabalho levantar questões acerca de sua validade científica, por outro, acreditamos que, a nível de aprendizagem, a experiência foi profundamente válida.

Na etapa inicial, fazemos um levantamento teórico no qual buscamos compreender o sentido da reportagem policial enquanto prática jornalística, as funções que lhe são atribuídas, a extensão e a compreensão do termo sensacionalismo, bem como registrar uma amostragem do que nos foi possível coletar a respeito do relacionamento entre a violência e a sua representação pelos meios de comunicação social. Embora este material seja extenso e não tenha sido pesquisado em sua totalidade, julgamos que o tratamento dado à matéria permitirá um razoável embasamento para a questão, atendendo, portanto, às finalidades do trabalho.

Em seguida, buscamos dar uma sustentação fatural às nossas observações, ainda que não nos seja possível medir, com exatidão, em que proporção se dá a influência da divulgação sensacionalista de crimes no aumento da criminalidade em si. Para isso, são analisados os índices oficiais da incidência de crimes de estupro verificados em Belo Horizonte, no mês de fevereiro de 1983, e é feita a "leitura" da página policial do "Diário da Tarde", observando-se o comportamento do jornal diante da ocorrência de crimes de natureza sexual desencadeados após o "Caso Vânia".

Nossa argumentação, assim, torna-se mais indutiva do que dedutiva, devido à inviabilidade de uma comprovação em termos absolutos. Pretendemos tão-somente levantar evidências de que o sensacionalismo contribui para tornar real a idéia do crime em transgressores em potencial.

O projeto desta pesquisa inclui uma etapa posterior, destinada à análise mais profunda dos diversos pontos de vista acerca do comportamento dos meios de comunicação de massa em relação à violência. A existência de um prazo para que concluíssemos este trabalho, porém, impediu que este estudo fosse realizado ainda nesta oportunidade. É nossa intenção, no entanto, prosseguir as investigações a respeito do tema, que definitivamente não está esgotado.

É preciso que entendamos esta pesquisa, assim, como uma tentativa de engatilhar uma discussão que não se restringe apenas ao exercício profissional do jornalismo, mas engloba toda a dimensão da violência, a

forma mais indesejável encontrada pelo homem para manifestar a sua insatisfação, como se esta fosse a única maneira possível de “comunicar” à sociedade os conflitos existentes entre a sua individualidade e o mundo em que vive.

1. EFEITO CATÁRTICO DA TRAGÉDIA

“A mais eficaz consolação em toda a desgraça humana, em todo sofrimento, é voltar os olhos para aqueles que são ainda mais desgraçados do que nós: este remédio encontra-se ao alcance de todos. Mas que resulta daí para o conjunto?”

(Shopenhauer — “As dores do mundo”).

a. *O papel da reportagem policial na imprensa*

Mc. Luhan atribuiu ao jornal, “com suas uniformidades de repetição precisas”, “um caráter de confessor público”, onde “a página do jornal representa a história interna da comunidade em ação e interação”. Ainda segundo o teórico, “é por esta razão que a imprensa parece estar desempenhando mais fielmente seu papel justamente quando apresenta o lado sujo das coisas. Notícia é sempre má notícia — má notícia a respeito de alguém ou para alguém”. (1)

De fato, não é preciso muito esforço para perceber que “o lado sujo das coisas” aparece, com regular freqüência, nas manchetes de numerosos jornais diários. “Assassinatos espetaculares, tiroteios, lutas a arma branca, troca de murros, suicídios, grandes prejuízos financeiros ou trapasças envolvendo propriedades de valor, tudo isso encaixa-se no tipo de material que merece primeira página”, ensina John Hohenberg, em seu “Manual de Jornalismo” (2), um guia profissional “segundo a concepção e o uso norte-americanos”.

“A reportagem do crime e do castigo — afirma ele — constitui elemento básico do jornalismo americano. Não é assunto particularmente interessante (...) mas é necessário para o bem público (...). Seria chocante se não o fizessem” (3), sentencia o autor.

No jornalismo brasileiro não é diferente, pois a reportagem policial tem sido prática tradicional, principalmente nos jornais populares.

(1) — Marshall McLuhan, *Os meios de comunicação como extensões do homem*, p. 232

(2) — John HOHENBERG, *Manual de Jornalismo*, p. 373

(3) — *Ibid.*, p. 362

Poucas foram as mudanças verificadas em seu estilo, nas últimas décadas, embora a sociedade e o próprio jornalismo tenham passado por reformulações significativas. As notícias de crimes, catástrofes e acidentes, no entanto, continuam a exercer o mesmo fascínio em considerável parcela da população. São as características e as implicações deste tipo de jornalismo que pretendemos estudar nesse trabalho.

1) *A matéria policial: interesse público ou pública curiosidade?*

Fraser Bond define notícia como sendo aquilo que interessa ao maior número de leitores. O mesmo autor enumera doze “elementos de interesse da notícia” (4), que são: a) o interesse próprio; b) dinheiro; c) sexo; d) conflito; e) o incomum; f) o culto do herói e da fama; g) expectativa; h) interesse humano; i) acontecimentos que afetam grandes grupos organizados; j) disputa; l) descoberta e invenção, e m) crime.

“A transgressão — afirma ele — fascina tanto aos santos como aos pecadores (...) As “melhores” histórias de crimes, do ponto de vista noticioso, congregam muitos dos elementos precedentes, tais como sexo, conflito, expectativa, interesse humano e, às vezes, até nomes famosos”.

Há coerência no que afirma Fraser Bond. Observamos, contudo, algumas visões diferentes do que seriam os elementos que estimulam o interesse do leitor. Mostra-se necessário, assim analisarmos a questão do “interesse público” como salvaguarda da publicação de notícias policiais.

Constatamos na expressão “interesse público” uma correspondência intrínseca com “pública necessidade”, no que encontramos suporte em vários autores(5). Diversos críticos sociais já demonstraram de maneira clara que a informação, no contexto histórico em que vivemos, assumiu vital importância no cotidiano das pessoas, pois o curso dos acontecimentos mundiais traz, em seu bojo, implicações cada vez mais diretas no curso individual de nossas vidas. No atual estágio de nossa civilização, “as realidades da história contemporânea constituem também realidades para o êxito e o fracasso de homens e mulheres, individualmente”, como observou o sociólogo Wright Mills. (6)

Em conseqüência, a informação, tida como necessidade, remete-nos ao campo do direito, e, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, encontramos preconizado o artigo XIX:

“Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

(4) — Fraser BOND, *Introdução ao Jornalismo*, p. 92-94.

(5) — «Este interesse público é a necessidade de comunicação do grupo social representada pelos meios de informação».

Ramão Gomes PORTAO, *A vítima nos meios de comunicação social*, p. 66

(6) — C. W. MILLS, *A imaginação sociológica*, p. 9.

Informação, motivada por interesse público, passa a ser, portanto, direito inalienável das pessoas, por representar uma *pública necessidade*. Para Serrano Neves, interesse público “é o direito, em suma, que todos têm de saber o que verdadeiramente ocorre numa sociedade ou o que nela pode vir a ocorrer. O que ocorre e o que pode vir a ocorrer constituem matéria que, tanto pode ser agradável, como desagradável. O povo tem o direito de saber — e a imprensa o de informar — tudo de bom e de mal que está havendo ou que pode suceder. E daí a conclusão de que *interesse público* é expressão sinônima de *pública necessidade*, sempre em conflito, portanto, com a expressão *pública curiosidade*” (7).

Evidenciar, pura e simplesmente, esse conflito, não nos satisfaz. Ademais, não encontramos correspondência entre a *curiosidade* e a *necessidade*, por acreditarmos que o critério de valorização de uma notícia deve ser o da necessidade da informação. Essa necessidade, por sua vez, é medida pelo coeficiente de informações contidas na matéria que possam influir, de um modo ou de outro, na vida pessoal de cada cidadão. Naturalmente, não excluimos a possibilidade desta informação ser desagradável e, mesmo assim, “necessária”.

A página policial, entretanto, extrapola as observações teóricas, que, a bem da verdade, não são poucas. É justamente nela que observamos, em maior grau, o conflito evidenciado por Serrano Neves, entre interesse público e pública curiosidade.

A este respeito, e considerando a publicação sensacionalista, que veremos detalhadamente adiante, o professor Anís José Leão foi um dos que pensou nas implicações da divulgação de fatos “escabrosos” aleatoriamente. Segundo ele, “não colhe o argumento de que o jornal, ao publicar fatos escabrosos, com todas as minúcias de sua chocante realidade, acompanhados de abundante ilustração fotográfica, espera que os leiam apenas os que interessem por material dessa natureza, porque todos somos livres para fechar os olhos diante do que não queremos ver, pular as páginas e ir adiante. Não. O simples fato de o jornal dar a conhecer um caso traz dentro de si uma carga inevitável de intencionalidade. O jornal é como uma mulher airosa que sai à rua para tentar com sua única presença todo transeunte” (8).

De fato, mesmo que não se queira olhar os títulos sangrentos dos jornais policiais, estes estão constantemente à vista, estampando fotografias esdrúxulas e manchetes gritantes, das quais invariavelmente o olhar só desvia depois de fixá-las, gostando ou não o leitor do que vê.

Devemos observar, entretanto, que existe uma comunhão entre o público leitor e o jornal policial, pois, sem essa adesão, o último não existiria. Antes, porém, de nos prendermos neste tópico, julgamos devido aprofundar nosso trabalho, ainda que brevemente, no enfoque dos aspectos

(7) — Adud Rambo Gomes PORTÃO, op. cit. p. 66

(8) — Anís José LEÃO, Limites da Liberdade de Imprensa, p. 98

estético e de conteúdo das seções dos jornais dedicadas ao crime, para efeito de melhor localização do papel da reportagem policial na imprensa e partindo do inquestionável poder de fascínio e/ou horror que esta exerce sobre o público.

2) O "grotesco", como categoria estética

Apoiamo-nos em Muniz Sodré para afirmar que a cultura de massa nacional encaixa-se na categoria estética do *grotesco*. O autor cita, como exemplos, os programas ao vivo da tevê brasileira, comandados por animadores do tipo Chacrinha ("o bobo da corte do consumo"), Sílvia Santos, Dercy Gonçalves e outros. Neles, a atração é sempre o desvio: "Realmente, o fabuloso, o aberrante, o macabro, o demente — enfim, tudo que à primeira vista se localiza numa ordem inacessível à "normalidade" humana — encaixam-se na estrutura do grotesco" (...). Em outros termos, o grotesco é uma aberração de estrutura ou de contexto" (9).

Como exemplos atuais da aplicação do grotesco na comunicação de massa brasileira, podemos citar, ainda, os programas "O Povo na TV" e "Fantástico". Ambos nada mais são do que a representação de todo o caráter anormal da estrutura em que vivemos. Fatos dramáticos, trágicos, estranhos ou exóticos — sobrenaturais e até mesmo irrealis — são apresentados como se estes se constituíssem na exceção da regra.

Em nosso caso específico, a violência, observa-se que esta é apresentada sob forte impacto, não como um fenômeno social que encontra muitas de suas causas dentro do próprio organismo social, mas como uma aberração da normalidade, capaz de chocar e escandalizar — o sensacional — ou como o "incompreensível" e, por isso, "fantástico".

Em outras palavras, o grotesco é a representação de um mundo que não é especificamente este — ou que *não deveria* ser este. Se fosse possível uma leitura subliminar da mensagem televisiva, esta não seria outra: "Isto é o que o mundo não é", numa postura onde está implícito que os meios de comunicação de massa estabelecem a estrutura correspondente à "normalidade" através de sua própria negação, a representação do anormal.

Nos jornais populares, resguardadas as proporções, não é diferente. A "estratégia", se assim podemos dizer, é a mesma. A tendência observada no tratamento de notícias policiais visa, invariavelmente, a não inclusão do fenômeno da violência no quadro de realidades do mundo contemporâneo, ou seja, o esvaziamento de seu conteúdo sociológico e histórico, além do constante uso de recursos sensacionalistas.

Nilson Lage afirma que, nas notícias, o "ente" é aproximado de estereótipos já produzidos pela cultura. "Tais modelos estão prontos, sua

(9) — Muniz SODRÉ, *A Comunicação do grotesco*, *passim*.

aceitação é garantida” (10). Generalizando o comportamento da imprensa, o autor analisa, ainda, o tratamento dado pelos jornais às “figuras críticas”, reforçando o que já foi exposto:

“As figuras críticas, que não se enquadram por algum motivo nas rotulações, e os acontecimentos críticos que desafiam a ordem do mundo, merecem um tratamento particular; ora são apresentados como ridículos (homossexuais, feministas), ora como trágicos (os crimes da alta sociedade, as rebeliões de povos coloniais), ora como deploráveis (o suicídio). Pode ser que haja muitos homossexuais, feministas, os crimes sejam muitos no *jet set* ou ocorra uma onda de suicídios. Não importa: se estatisticamente são fatos ou seres deploráveis, sua improbabilidade relaciona-se com o que é esperado. A redação dessas notícias e o delineamento dos personagens, a hipocrisia da edição fartamente escandalosa, envergonhadamente discreta ou quase lírica servem para descaracterizar o que há de temível nas ocorrências e pessoas. É como se o jornal estivesse dizendo: isto é o absurdo porque é o não-permitido, o não-conveniente; existe, está aí, mas não devia existir” (11).

3) A “síndrome da manchete” e o *fait-divers*

Para documentar a caracterização que fazemos do jornal policial, apoiamos-nos no depoimento do jornalista Ramão Gomes Portão, citado por Mário Erbolato, no livro “Jornalismo Especializado”. Segundo ele, polícia e mulher é o binômio indispensável para se fazer um jornal aceito nas camadas populares, acabando por confidenciar uma “praxis” profissional: “depois de um crime noticiado, ficamos a semana inteira explorando o assunto, quando o caso assim o exigir. Mas há a imperiosa necessidade de oferecer, a cada dia, um aspecto novo” (12).

Numa época em que a informática começa a ocupar as redações dos jornais, acabando de vez com a imagem do jornalista boêmio-romântico de duas décadas atrás, implica-nos o porquê da ainda sobrevivência de veículos cujo conteúdo é centrado no relato de tragédias e dramas (as notícias policiais, por excelência), representando o desvio sempre como a realidade incompatível com a normalidade concebível. Nesta preocupação, está inserida a noção da estrutura sócio-política brasileira, onde a polícia talvez seja a instituição de poder do Estado com o qual as camadas populares urbanas mais têm contato.

Devemos ressaltar, ainda, o caráter de estrita dependência em que sobrevivem, no Brasil, os jornais policiais. O jornalista Márcio Rezende publicou interessante artigo no qual aborda esta questão. Segundo ele, “um

(10) — Nilson LAGE, *Ideologia e técnica da notícia*, p. 109

(11) — *Ibid*

(12) — Mário L. ERBOLATO, *Jornalismo especializado*, p. 54

O autor cita Ramão Gomes Portão na condição de diretor do jornal «Notícias Populares».

jornal policial, nos padrões brasileiros, depende da polícia, o que coloca o jornal em uma camisa-de-força da qual não sai de graça (...). Por isso jornal brasileiro de linha policial é fraco em denúncia, sobretudo a que envolve órgãos de segurança” (13).

Valemo-nos também do artigo citado para registrar outro aspecto da “praxis” do jornalismo policial: “Em plano quase metafísico, os editores da área e o de primeira página estão vivendo a síndrome da manchete, pois nenhuma outra que não seja policial — salvo o Papa, o aumento do BNH ou outra catástrofe nacional — merece a glória da primeira página. Se o processo não for contido, corre-se o risco de fazer primeiro uma “boa” manchete e procurar, então, a matéria que segura o título. E a angústia, um dos componentes da síndrome, subverte a hierarquia da importância dos fatos, escamoteia no título elementos óbvios e está sempre ignorando a privacidade”.

Justamente por isso, o jornal policial tem, na inventiva dos editores de primeira página, uma das premissas para sua aceitação (e conseqüente consumo) em público, o que vale dizer que o jornal é lido se a manchete da capa for “boa”, posto que é a venda avulsa que responde pela circulação da grande maioria dos jornais deste gênero. Lembramos, ainda, que não são pequenos os índices de circulação dos jornais predominantemente policiais, em relação à tiragem dos jornais da “imprensa clássica” brasileira.

As características da cultura de massa brasileira e, em particular, dos meios de comunicação especificamente populares, levam-nos a um universo um tanto incompreensível, de onde tiramos alguns aspectos peculiares, como a fragmentação dos fatos e sua “ilegível” ligação com a realidade (mais um crime na favela); a exploração do inusitado (tentativa de assalto a banco com granada de brinquedo); do contraditório (preso o padre vigarista) e do improvável (“cachorro-quente” fez mal à moça), além da já citada exaltação da aberração.

Desta “câmara escura”, onde o contexto é retalhado e o coeficiente de informação é próximo do nulo, “Roland Barthes retira a noção do *fait-divers*. “... ao nível da leitura — afirma Barthes — tudo está dado num *fait-divers*: suas circunstâncias, suas causas, seu passado, seu desfecho; sem duração e sem contexto, ele constitui um ser imediato, total, que não remete, pelo menos formalmente, a nada de implícito” (14)

De acordo com Nilson Lage, o *fait-divers* opõe-se à concepção que Barthes tem de informação, pois não remete a “uma compreensão de causa e efeito”, ou não permite “uma estruturação sincrônica dos eventos”, assim como o deveria fazer a informação (15). Mais uma vez, reforça-se, aqui, a in-

(13) — Márcio REZENDE, Jornal policial: uma tremenda prisão, *Primeira Página*, n.º zero, p. 13

O autor é editor de polícia do jornal «Diário da Tarde».

(14) — Apud Muniz SODRE, *O monopólio da fala*, p. 31

(15) — Nilson LAGE, op. cit. p. 72, 73

congruência do desvio e do *fait-divers* com a realidade: "As estruturas do fato variado são as do imaginário", na visão de Edgar Morin (16).

O mesmo autor, por outro lado, observa que "a presença no fato variado do horrível, do ilícito, do destino e da morte na vida cotidiana, é atenuada pelo modo de consumo jornalístico; o fato é consumado (sic) não segundo o rito cerimonial da tragédia, mas à mesa, no metrô, com café com leite" (17)

4) A prática do sensacionalismo

Para falarmos de prática sensacionalista, é preciso, antes, definir a conotação do termo sensacionalismo, no caso específico da Comunicação. De acordo com Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa, autores do "Dicionário de Comunicação", sensacionalismo é um "estilo jornalístico, caracterizado por intencional exagero da importância de um acontecimento, na divulgação e exploração de uma matéria, de modo a emocionar ou escandalizar o público", (18) definição que, em confronto com outras coletadas, demonstra ser a mais completa e exata.

Segundo a mesma fonte, "esse exagero pode estar expresso no tema (no conteúdo), na forma do texto e na apresentação visual (diagramação) da notícia. O apelo ao sensacionalismo pode conter objetivos políticos (mobilizar a opinião pública para determinadas atitudes ou pontos de vista) ou comerciais (aumentar a tiragem do jornal)".

Há entretanto, outros autores que enriquecem essa definição. José Nabatino Ramos identifica duas maneiras de como o jornal pode fazer sensacionalismo: formalmente, exagerando na apresentação da notícia; ou como "sensacionalismo de fundo", explorando "paixões baixas". O autor considera, ainda, que o "sensacionalismo de fundo precisa ser combatido" (19).

J. Carvalho Ribas, psiquiatra, entende por sensacionalismo "a preocupação de suscitar emoções violentas através de artimanhas de publicidade, mesmo em detrimento da verdade" (20).

(16) — Edgar MORIN, *Cultura de massas no século XX*, p. 100

(17) — *Ibid.*, p. 100-101

Colocamos em dúvida se, na palavra **consumado**, não houve um erro gráfico na impressão do livro, havendo uma troca de letras. O correto, talvez, seja **consumido**.

(18) — Carlos Alberto RABAÇA & Gustavo BARBOSA, *Dicionário de Comunicação*.

(19) — José Natalino RAMOS, *Jornalismo* — dicionário enciclopédico, p. 237-239

(20) — Apud Ramão Gomes PORTÃO, op. cit. p. 75

Segundo Portão, «Fundamentos Psicológicos do Jornalismo» é um ensaio apresentado à apreciação da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, em 1948, no qual o autor se mostrou, em vários pontos, «radical na concepção de jornalismo, dando um sentido de grande repulsa à imprensa sensacionalista». Portão, entretanto, considera exata a sua definição de sensacionalismo, observando que o termo publicidade, como utilizado por Carvalho Ribas, compreende apenas a divulgação de fatos, a publicação de notícias, e não o sentido de promoção comercial hoje entendido.

Para o professor Anís José Leão, o sensacionalismo, embora criticável, justifica-se por “razões ambientais que o *status* dos indivíduos abona em muitos casos. O sensacionalismo — acrescenta — não marca apenas os vespertinos, apartando-os dos matutinos: marca a empresa jornalística que negocia com essa faca de dois gumes, esse material explosivo” (21).

A ainda sustentação do sensacionalismo na imprensa de hoje é vista principalmente como uma prática comercial capaz de elevar os lucros da empresa jornalística. Dando-nos mais uma definição de sensacionalismo — como o sistema de concessões à curiosidade mórbida das mais baixas categorias de leitores — Luiz Beltrão observa que “está muito arraigada a convicção de que somente o jornal sensacionalista obtém fácil aceitação, tendo elevado astronomicamente as tiragens e, conseqüentemente, oferecendo melhores lucros aos editores. Constata-se que a procura de jornais aumenta durante as investigações de crimes ou a realização de processos penais e, por isso, o editor-financista defende o princípio de que a boa notícia não produz receita, enquanto a má notícia é muito mais vendida, em manchetes e grandes títulos” (22).

O mesmo argumento é usado pelo americano John Hohenberg: “O jornal comercial é obrigado a dar destaque às notícias policiais (...). A maioria desses jornais não se dá ao trabalho de explicar alguma coisa e, nas áreas metropolitanas, adota uma política francamente sensacionalista para aumentar a circulação nas bancas. Essa política — acrescenta ele — típica de apenas parte da imprensa, constitui a base de grande parte da crítica sociológica ao jornalismo americano” (23).

Ainda a este respeito, afirma Anís José Leão: “Não temos notícia de uma pesquisa sistemática sobre a natureza da matéria escandalosa que se divulga em cada tiragem de nossos jornais, mas não seria temerário afirmar que, na ânsia de encher espaço vendável, acentuada porcentagem de suas comunicações se refere ao lado negativo da vida humana, à infracriatura, à raridade no seu aspecto sombrio” (24).

Independentemente de sua razão comercial, o sensacionalismo vigora junto aos veículos de alcance popular mais como uma característica incorporada à linguagem e à forma do que como uma prática intencional, ainda que esta tenha sido originariamente adotada. Observa-se, ainda, que apesar da divulgada preocupação com o respeito aos direitos humanos, a propaganda da não violência e a crescente exigência de responsabilidade social nos meios de comunicação de massa, pouco ou nada se percebe do exercício da crítica e da reflexão quanto à possível influência de sua utilização.

Por isso, achamos oportuna a comparação, ainda que grosseira, da reportagem policial como uma pescaria diária, num rio farto de peixes (ou

(21) — Anís José LEÃO, op. cit. p. 120-121

(22) — Luiz BELTRÃO, *Iniciação à filosofia do Jornalismo*, p. 161

(23) — John HOHENBERG, op. cit. p. 364

(24) — Anís José LEÃO, op. cit. p. 99

numa metrópole que, diariamente, produz violência). Para os pescadores, um eventual peixe grande é motivo de festa. Para o jornal, as ocorrências raramente eventuais (um crime passional na alta sociedade, por exemplo) equivalem-se aos peixes grandes: também são motivos de sensação. Registra-se, ainda, o folclórico exagerismo atribuído tanto aos pescadores como aos repórteres policiais. Sem querer abonar a crença, mas com o cuidado de não desprezá-la, fazemos nossa a observação de Muniz Sodré: "A intenção do comunicador é sempre colocar-se diante de algo que está entre nós, mas que ao mesmo tempo é exótico, logo sensacional" (25).

Ainda a respeito do sensacionalismo, Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa oferecem mais um dado à nossa compreensão: "A rigor, todo processo de comunicação contém elementos de sensacionalismo, na medida em que mobiliza sensações físicas (sensorias) e psíquicas, principalmente na primeira etapa do processo, isto é, no esforço para obter aceitação e resposta a uma mensagem" (26).

Veremos, agora, em que circunstâncias ocorre a sustentação do consumo de sensacionalismo junto ao público, buscando saber o porquê do interesse pelo noticiário policial (e seu conteúdo violento e desviante), observado indistintamente entre a população.

5) *A participação do público*

Em 1970, a Unesco organizou, em sua sede, o "Colóquio Internacional sobre o Impacto da Violência nos Meios de Informação", reunindo especialistas dos meios de informação, de sociologia, psicologia e criminologia, entre outras áreas, de diversos países, com a finalidade de debater este polêmico assunto. Os diversos pontos de vista levantados, bem como as conclusões do encontro, foram reunidos no livro "Meios de Informação e Violência", de Mary Burnet (27), uma jornalista presente aos debates.

Deste livro, de grande valor para esta pesquisa, consta que "os participantes criticaram ao mesmo tempo a seleção e a representação da atualidade feita pelos meios de informação, aos quais acusaram de dar uma importância exagerada aos acontecimentos de caráter violento e de os apresentar de uma maneira que apela para as reações emotivas do público" (28), ou, em outras palavras, de modo sensacionalista.

Mary Burnet continua o seu relato: "Evidentemente que a resposta clássica às acusações que dizem respeito à seleção de notícias é: "Nós damos ao público aquilo que ele pede" (...). Ao que um participante retorquiu: "Como pode o público saber o que quer, uma vez que não lhe é dada qualquer possibilidade de escolha?" O colóquio levantou, então, a questão sobre o sistema de valores adotado pelos meios de informação, "e em que

(25) — Muniz SODRÉ, *O monopólio da fala*, p. 73

(26) — Carlos Alberto RABAÇA & Gustavo BARBOSA, op. cit.

(27) — Mary BURNET, *Meios de Informação e Violência*.

(28) — *Ibid.*, p. 54

medida tal sistema corresponderia verdadeiramente à vontade profunda do público, ou se decorreria muito simplesmente de um longo hábito encorajado, senão criado, pelos próprios meios de informação” (29).

Menos abstrato do que a jornalista americana, o professor Anís José Leão lembra que “quem quer que procura achar o responsável pelo sensacionalismo não pode esquecer a adesão dos leitores (...). A fúria sensacionalista da imprensa tem no público leitor uma receptividade co-autoral” (30). O autor afirma, ainda, que “se cada leitor considerasse o sensacionalismo como referente à sua própria carne, à sua própria dor, à sua própria família, talvez que perdesse muito desse interesse doentio pela anormalidade” (31).

O fato é que não podemos, de maneira alguma, despir o público de qualquer responsabilidade quanto ao sensacionalismo, pois este compactua com a notícia escandalosa, dando aos jornais que se ocupam do sensacional uma fiel sustentação. A título de ilustração, registramos aqui a opinião de um repórter policial, ouvida durante o levantamento de dados para este trabalho: “A chaga do sensacionalismo está no sadismo popular”.

Foram colhidas referências, também, de experiências de jornais que se dedicaram à divulgação de fatos da virtude humana, em oposição à intensa torpeza dos jornais policiais. No entanto, elas não passaram de experiências, pois jamais conquistaram a atenção do público.

Porque, então, esse “interesse doentio pela anormalidade”, como disse o professor Anís? A resposta para esta questão demanda um trabalho bem mais dispendioso, tamanha a sua profundidade. Sem a pretensão de deixar a última palavra a respeito, buscamos compreender este fenômeno sob os prismas ideológico e psicológico, ambos extremamente complexos. Não é nossa intenção esgotar o tema, repetimos, já que esta não é a preocupação central da pesquisa. Contudo, sua compreensão, ainda que em breves pinceladas, faz-se necessária.

6) *Uma análise ideológica*

Em estudo intitulado “O Desvio Nosso de Cada Dia — a representação do cotidiano num jornal popular”, Antônio A. Serra analisa o conteúdo de um dos mais ativos jornais do gênero, “O Dia”, posicionando-se da seguinte maneira: o crime, tal como apresentado na notícia, tende a se “naturalizar”. Essa “naturalização” do crime é produzida e estabelece, assim, uma “comunhão entre o público leitor e o jornal”. “Se acrescentarmos que a prática da leitura do jornal é cotidiana, um espaço incorporado culturalmente à vida, ao qual recorreremos “naturalmente” para saber o que se passa, concluiremos que aí se instala como coisa dada, como referência espon-

(29) — *Ibid.*, p. 55

(30) — Anís José LEÃO, *op. cit.*, p. 119

(31) — *Ibid.*, p. 101

lânea, um universo do qual somos solidários e do qual nos tornamos igualmente personagens” (32), afirma ele.

Mais adiante, Antônio A. Serra aprofunda sua análise: “A apresentação e representação das normas reforçam, neste sentido, uma cumplicidade entre os agentes sociais que passam a agir como se ela realmente se auto-sustentasse por sua naturalidade. Oculta-se seu caráter particular, a relação de dominação como resultante de conflitos de força entre discursos, movimentos ou simbolismos divergentes; ou ainda, é a própria contradição entre as práticas sociais que é sacrificada em proveito da coerência e univocidade do enunciado, cuja proposição pretende justamente apagar a contradição e a ambigüidade. É nessa universalidade natural, embora produzida e imposta, que repousa sua eficácia” (33).

A função ideológica que podemos identificar num jornal sensacionista, num quadro de flagrantes contradições sociais, evidentes principalmente nas grandes concentrações urbanas do Brasil, seria, assim, a de reforçar a validade da *norma* e da *ordem* nas classes subalternas e marginalizadas, como um instrumento de condicionamento: faz-se o bem para ter, um dia, a “recompensa”; não faz-se o mal para não ser passível de receber o castigo.

Interessante notar que, para o criminoso primário, ou apenas circunstancial, a publicação da fotografia, a rotulação de marginal e, ainda, a linguagem própria do veículo, fazem do jornal policial uma temida forma de punir, talvez mais do que a própria polícia, pois dele é impossível fugir.

Em relação aos aspectos ideológicos que podemos atribuir à cultura de massa brasileira, como um todo, encontramos, novamente em Muniz Sodré, interessante ponto de vista, no qual ele afirma que o grotesco, enquanto categoria estética da cultura de massa nacional, “é posto a serviço de um sistema que pretende ser exatamente a compensação para a angústia do indivíduo dos grandes agrupamentos urbanos. Cada organização das relações de produção engendra uma atmosfera psicossocial própria, que se destina em geral a perpetuar o seu tipo específico de relações humanas. A cultura de massa — frisamos: essencialmente política — é hoje o grande *medium* da atmosfera capitalista. No caso brasileiro, — assegura ele — ela é também o espelho que reflete o *id* e os demônios das nossas estruturas. É o espelho em que a sociedade se olha se oferece como espetáculo” (34).

De fato, a cultura de massa de um país capitalista — e, mais precisamente, o sistema de comunicação que a compõe — tem o compromisso tácito de oferecer (produzir) um conteúdo capaz de refletir o padrão das estruturas em que um povo convive — ou em que se espera que conviva. E por isso que, aos olhos dos consumidores que percebem “os pingos nos ii,” tornam-se evidentes os apelos nem sempre velados ao consumismo e muitas

(32) — Antônio A. SERRA, *O desvio nosso de cada dia*, p. 12

(33) — *Ibid.*, p. 17

(34) — Muniz SODRÉ, *A comunicação do grotesco*, p. 39

outras artimanhas de condicionamento social. O que também não é agradável constatar é o fato de ser cada vez menor o número de pessoas às quais essa distinção torna-se acessível.

7). *Uma análise psicológica*

Edgar Morin procurou analisar a questão da representação da violência na cultura de massa partindo da relação dialética entre o consciente e o inconsciente, ou a “vida cotidiana” e a “vida onírica”. Enquanto, de um lado, “nossas vidas cotidianas estão submetidas à lei”, “nossos instintos são reprimidos”, “nossos desejos são censurados”, “nossos medos camuflados, adormecidos”, do outro, o onírico, “a lei é enfrentada, dominada ou ignorada”, “o desejo logo se torna amor vitorioso”, “os instintos se tornam violências, golpes, homicídios” e “os medos se tornam suspenses, angústias”. Desse choque, a liberdade emerge como questão crucial, pois ela está condicionada à lei e, portanto, longe de ser realizada em sua plenitude antropológica, “na qual o homem não está mais à mercê da norma social”.

É partindo dessas premissas que Morin vai afirmar que “o tema da liberdade se apresenta através das janelas diariamente abertas da tela, do vídeo, do jornal, como evasão onírica ou mítica fora do mundo civilizado, fechado, burocratizado”, porque “o homem civilizado, regulamentado (...) se libera projetivamente na imagem daquele que ousa tomar o dinheiro ou a mulher, que ousa matar, que ousa obedecer à sua própria violência”. “Há uma plenitude, uma superabundância, uma exuberância devastadora e proliferadora de vida, nos jornais e nas telas, que compensa a hipotensão, a regulação, a pobreza da vida real”.

Nesse sentido, as catástrofes e violências da vida cotidiana, representadas pela cultura de massa, “assaltam sem cessar os homens pacíficos de nossas cidades, como se o excesso de violência consumido pelo espírito compensasse uma insuficiência de violência vivida. Fazemos em toda segurança a experiência da insegurança, isto é, ainda da liberdade, pois “o homem livre é necessariamente sem segurança”, como disse Eric Fromm, sentencia Morin.

O mesmo autor refere-se, ainda, à purificação possibilitada pela representação do universo do crime, através do qual “o leitor redescobre, vivendo-os e realizando-os, seus sonhos menos conscientes”. “Os grandes criminosos são, portanto, literalmente, os bodes expiatórios da coletividade”.

Por outro lado, as vítimas desta violência real (assim como as da tragédia) são “projetivas”, ainda segundo Morin, pois “são ofertadas em sacrifício à infelicidade e à morte”. Nesse sentido, a “catarse é como que digerida no cotidiano, isto quer dizer que o grande tema de sacrifício, “eles morrem em meu lugar” (no caso da tragédia fictícia) se atenua num “são e outros que morrem, e não eu” (35). (O parêntese é nosso).

(35) — Edgar MORIN, op. cit., p. 96-101

Esse efeito catártico possibilitado pela representação da violência nos meios de comunicação encontra, ainda, sustentação em vários outros autores. Carvalho Ribas, por exemplo, afirma que, “conforme admite a psicanálise, as pessoas experimentam prazer em tais leituras porque assim encontram uma satisfação imaginária de tendências que, por serem condenáveis na sociedade, não foram realizadas e jaziam recalçadas no inconsciente” (36).

Jean Stoezel, citado por Mário L. Erbolato, atribui à imprensa uma função psicoterapêutica. De acordo com a análise feita por Erbolato de seus estudos, “o leitor quer relaxar suas tensões e estabelecer relações primárias que não pode ter em uma sociedade de massa. A reportagem é um bálsamo para os que vivem na desorganização psicológica reproduzida pelo ambiente. O cidadão, ao ler o noticiário policial, identifica-se com o assassino que matou a sogra e glorifica-o e o aplaude mentalmente, porque ele, leitor, em seu subconsciente, desejaria fazer o mesmo com a mãe de sua mulher e não tem coragem. A matéria sobre a mulher que matou o amante e foi condenada traz alegria interior ao homem que tentou, e não conseguiu, um amor clandestino, fora de seu lar” (37).

Na visão de José Nabatino Ramos, o sensacionalismo, especificamente, talvez até possa fazer bem a alguns, “pela descarga emocional que ensija e diminui tensões internas (...). Ler a descrição de um crime hediondo pode aliviar a fantasia de praticá-lo. É o efeito catártico da tragédia grega, do teatro moderno, da obra literária” (38).

De fato, a catarse é, pelo menos teoricamente, o escudo em que se protege a imprensa sensacionalista dos ataques contra sua extrema familiaridade com o trágico. No entanto, observa-se que este conceito tem sido reformulado. No já citado “Colóquio Sobre o Impacto da Violência nos Meios de Informação”, muitos participantes “puseram em dúvida que a violência apresentada atualmente nos meios de informação possa originar uma catarse autêntica”, de acordo com o relato feito por Mary Burnet. Segundo ela, um dos participantes disse que “o argumento defendendo a catarse podia ter tido valor noutra época, mas que atualmente é inaplicável, por razões tecnológicas e porque a maior parte da violência apresentada nos meios de informação reflete valores diferentes dos que era hábito defender (ou atacar) outrora, ou até mesmo nem sequer reflete tais valores”.

Os participantes lembraram, ainda, que, para os gregos, a catarse era conseqüência da piedade e do terror, e não do horror: a violência não acontecia no palco. Nesse sentido, perguntaram-se se, “sendo assim, porque é que a pornografia não produz catarse?” (39).

(36) — Apud. Ramão Gomes PORTÃO, p. 75

(37) — Mário L. ERBOLATO, Op. cit., p. 54

(38) — José Nabatino RAMOS, Op. cit.

(39) — Mary BURNET, Op. cit. p. 92-93

O que nos parece correto, entretanto, é a total inaplicabilidade do argumento de que o sensacionalismo, tal como é feito nos jornais policiais, venha a provocar catarse. Isto porque, ainda que exagerado pela forma de apresentação da notícia, o fato exposto pelo jornal é real, colhido de histórias de vidas reais. Estas histórias, ao mesmo tempo que inacessíveis, por serem a significação do *outro*, podem estar presentes, inclusive, na vida de cada um, já que *um*, para os outros, também, é *outro*.

Não há catarse, se a mensagem última da informação sensacionalista não é outra senão a constatação de que somos todos possíveis personagens reais de uma história pseudofantástica. Seja como vítima, fazendo o papel do *outro*, seja como o criminoso cuja audácia possibilita ao leitor a sensação de exercitar a sua liberdade reprimida, como já vimos em Edgar Morin, mas a quem não foi perguntado se era esta a utilização que ele gostaria de dar à sua liberdade.

b. — *Sensacionalismo e violência*

As controvérsias a respeito dos efeitos produzidos pela comunicação de massa são inúmeras. Mesmo em relação à catarse, as opiniões se dividem. "Em que medida existe descarga psíquica, catarses, ou, pelo contrário, permanente recarga agressiva? Será que não há acumulação de fúrias latentes, prontas para jorrar à primeira crise verdadeira da sociedade?" — pergunta Edgar Morin, para responder com a síntese: "No que me diz respeito, creio que as duas séries contraditórias de hipóteses são igualmente fundamentadas. O espetáculo da violência ao mesmo tempo incita e apazigua" (40).

Como vimos, a mesma contradição esteve presente nos debates entre os participantes do "Colóquio Internacional sobre o Impacto da Violência nos Meios de Informação". Argumentos defendendo ambas as teses foram exaustivamente questionados, para se concluir que "a idéia segundo a qual a representação da violência pelos meios de informação corre o risco de favorecer a violência na vida real tem certamente algum fundamento" (41). Durante o evento, os participantes afirmaram, ainda, que os meios de informação não são uma "causa" da violência ("que existia antes deles") mas reconheceram "a sua parte de responsabilidade na propagação desta violência" (42).

Nesse sentido, é seguro afirmar que, se violência gera violência, a divulgação de violência responde da mesma maneira, multiplicando-a, ainda que não seja absolutamente possível garantir que esta multiplicação será dada em reações concretas.

(40) — Edgar MORIN, Op. cit. p. 102

(41) — Mary BURNET, Op. cit. p. 158

(42) — *Ibid.*, p. 37

Ainda no Colóquio promovido pela Unesco, "alguns psicólogos apontaram circunstâncias nas quais a apresentação da violência pode provocar violência. Fatos verificados tendem a provar que quanto mais frustrado ou descontente se sente um indivíduo instável (criança ou adulto) quando assiste a atos de violência no "écran", tanto mais corre o risco de cometer um ato de agressão (...). Quanto mais vezes a violência aparecer sob forma facilmente imitável, tanto mais incitará à imitação". "Mas, ainda aqui, sublinhou-se que os meios de informação não são uma causa e seria enganador e perigoso acreditar no contrário. Servem de catalisadores e nada mais" (43).

Para que sejamos completos na análise desta questão, reconhecemos, novamente, à declaração dos resultados deste encontro, no sentido de identificar como se exerce a influência dos meios de informação:

"É possível, e acontece efetivamente, que certas pessoas imitem o comportamento que lhes é apresentado pelos meios de informação. Mas a ação exercida está longe de revestir sempre a forma de imitação. Os meios de informação podem contribuir para suscitar a violência na medida em que a aprovam, em que difundem certas informações, em que sugerem que a violência pode por vezes resolver problemas, em que modificam o grau de tolerância, em que associam de tal maneira determinados grupos à idéia da violência que eles se crêem em seguida obrigados a mostrar-se fiéis à sua imagem, exagerando as dificuldades, e ainda na medida em que simplificam excessivamente as diferentes possibilidades existentes, etc" (44).

Por outro lado, se a divulgação de crimes pelos meios de comunicação social dependesse de policiais, certamente ela não existiria, a julgar pelas citações que transcrevemos a seguir:

"Em 1962, quando Mineápolis ficou meses sem jornal, o chefe de polícia declarou: "Claro, sinto falta de notícias; mas no que se refere à minha tarefa, espero que os jornais não voltem mais a circular: há menos crimes quando os jornais não se põem a circular idéias" (45).

Durante o "Encontro entre Policiais e Jornalistas", promovido pelo Instituto Internacional de Imprensa, em 1963, o chefe da Real Polícia Montada do Canadá, C. W. Harrison, declarou que, "em alguns momentos, os repórteres parecem querer mais o sensacionalismo do que a exatidão" e que "os diários, o rádio e a televisão têm tendências para glorificar o crime" (46).

Vejamos, agora, de que maneira pode se dar a influência negativa dos meios de comunicação no aumento da criminalidade.

(43) — *Ibid.*, p. 82-83, 89

(44) — *Ibid.*, p. 162

(45) — Marshall McLuhan, *Op. cit.* p. 232

(46) — Mário L. ERBOLATO, *Op. cit.*, p. 54

1) — O poder de sugestão

A possibilidade da influência concreta dos meios de comunicação no aumento da criminalidade é, como se vê, evidente. Se nos prendermos apenas ao sensacionalismo, esta hipótese torna-se ainda mais sustentável.

Anís José Leão reforça o nosso pensamento: “A matéria sensacionalista é uma carga de sugestão na alma popular. Responde, sua divulgação, por grande porcentagem de criminalidade, muito embora não se tenha podido ou querido medir até onde o noticiário sensacionalista da imprensa levou o Joaquim da Silva a cometer tais e tais crimes” (47).

Justamente por não se poder provar em que grau se dá o estímulo à criminalidade, é que limitamo-nos a afirmar que o sensacionalismo atua como catalisador no processo de geração e desencadeamento da violência. O sensacionalismo pode tanto provocar a violência, a partir do seu potencial de suggestionar comportamentos, como desencadear processos criminogênicos em psiquismos individuais, ainda que não manifestados no ato criminoso em si.

Do ponto de vista criminológico, López-Rey cita a teoria intersubjetiva psicológica de Etienne De Greeff, com a qual não concorda inteiramente, mas que nos serve de argumento:

“Para De Greeff, o essencial é saber como a idéia do crime é gerada nos transgressores (...). Esse processo, chamado criminogênese, desenvolve uma atitude criminogênica que não leva, obrigatoriamente, à prática de delitos, a menos que outros estágios sejam ultrapassados (...). Portanto existe uma distinção e uma passagem eventual da inclinação criminogênica para o verdadeiro comportamento criminoso, que se manifesta na prática de um delito. A evolução do estado criminogênico para o criminoso implica em vários estágios como: o hábito da idéia do crime, o consentimento, a aceitação e a ação. A passagem de um estágio para o outro às vezes é lenta, às vezes é rápida” (48).

Vimos que o sensacionalismo, enquanto estilo jornalístico, apela para o exagero ao veicular notícias de crimes, tornando pública a idéia do crime em proporções maiores do que a realidade — e, por isso, sempre associada ao mistério, ao clima fantasioso de que se reveste a sua narração, como se a violência encontrasse razões apenas por ser imanente ao homem.

Busquemos apoio, mais uma vez, em Anís José Leão, para embasar a nossa demonstração: “Quando o impacto sensacional atinge a proporção de um delito sugerido, cujo itinerário o direito positivo não tem querido ou podido traçar, caímos no campo de um delito simplesmente vulgar no sentir de Myra e Lopes: “a impulsão foi provocada pelo exterior, fornecendo ao indivíduo estímulos capazes de despertar a máxima atividade de seus

(47) — Anís José LEÃO, Op. cit. pág. 121

(48) — Manuel LÓPEZ-REY, *Crime — um estudo analítico*, p. 137

mecanismos instintivos de reação, ligados às suas duas tendências básicas, conservar a vida, por meio da agressão (cólera) ou defesa (medo), ou da espécie por meio da reprodução sexual" (47).

Para o professor — cuja obra nos é extremamente útil — “a subliteratura sensacionalista provoca nos predispostos a idéia da repetição”, o que pode-se comprovar quando crimes que obtêm repercussão começam a se repetir com as mesmas características, em pequeno espaço de tempo. O mesmo já se verificou em relação ao suicídio, cujo papel sugestivo exercido pela reportagem policial já foi há muito evidenciado. Não nos prenderemos, pois, nesse particular. Os próprios meios de comunicação social, em sua maioria, já não dedicam espaço algum às notícias de auto-extermínio, exceto quando a vítima trata-se de figura pública. Ainda assim, a notícia geralmente é dada sob parcimônia.

Também em relação a este efeito de “repetição”, podemos citar a série de crimes passionais ocorridos em Belo Horizonte, em 1980, quando mereceram amplo destaque nos meios de comunicação social, e ainda a série de crimes sexuais verificadas em fevereiro de 1983, nosso objeto de estudo na parte posterior deste trabalho.

2) — *Somos todos vítima do crime?*

A questão da responsabilidade dos meios de comunicação em relação à violência pode ser vista, também, dentro da Vitimologia — o estudo científico das vítimas — que encontra em Ramão Gomes Portão um profundo pesquisador. No livro “A vítima nos meios de comunicação social”, Portão comenta a teoria formulada por Edwin Sutherland, antes da década de 30:

“Para ele (Sutherland), o público geral, por definição, é sempre vítima do crime (...). E o seu argumento é perfeitamente válido, pois essa comunidade “sofre perdas causadas pelo crime, quer diretamente, como na traição ou furto e destruição de propriedade pública, quer indiretamente, sob a forma do mal-estar ou mesmo terror que causa a prevalência do crime” (50).

Em favor de uma melhor compreensão do que seja Vitimologia, transcrevemos o conceito de Portão, em face da utilização dos meios de divulgação: “o estudo da vítima diante das conseqüências negativas ou criminosas da informação transmitida pelos meios de comunicação, causando prejuízo ou danos no indivíduo, em outras pessoas direta ou indiretamente ligadas àquele indivíduo ou à informação divulgada, e mesmo nos grupos sociais interpretados como coletividade” (51).

(49) — Anís José LÉAO, Op. cit., p. 121

(50) — Ramão Gomes PORTÃO, Op. cit., p. 44

(51) — *Ibid.*, p. 78

Dentro dessa compreensão, o próprio autor afirma que “uma informação tida como sensacionalista tem maior possibilidade e potencialidade de vitimização, porque ao se atirar a esmo, pode-se atingir inadvertidamente pessoas que não terão seus prejuízos posteriormente reparados com critério e justiça” (52).

O tema, pois, é vasto e polêmico, exigindo uma observação mais rigorosa, a nível empírico, de suas possíveis implicações, o que fazemos a seguir.

2. O REFLEXO INVERTIDO

*“Vingue-se. A ótica do crime
dá aos heróis caseiros
a idéia que os redime
de serem alvo o tempo inteiro”.*

(Márcio Almeida — “Videolência”)

Fevereiro é mês de Carnaval, euforia nacional que, a cada ano, vem dar escape às tensões que permanentemente vitimizam a massa populacional brasileira. Se não se permite, pelo menos se consente que o excesso de “liberdade antropológica” seja realizado. Durante três dias, instituem-se prazeres normalmente incompatíveis com a “ordem” social.

É provável que, de fato, este espírito nacional repercute na recrudescência da criminalidade. À primeira análise, tendemos a atribuir as razões de um verificado aumento do índice de criminalidade à exacerbação de espírito provocada pelo Carnaval. Mas esquecemo-nos de outros fatores bem mais subjetivos, cuja influência também é possível perceber.

A possibilidade de se gerar, — ou, pelo menos, catalisar — um processo de violência através dos meios de comunicação social deve ser considerada não apenas no campo das hipóteses, ainda que ninguém tenha vindo a público dizer que “matou porque queria ver sua fotografia no jornal”. O que nos parece determinante, porém, é a constatação de que a publicação sensacionalista intensa favorece um sugestionamento do crime, como vimos anteriormente.

Nosso objeto de análise, agora, é a incidência de crimes sexuais verificados em Belo Horizonte, no mês de fevereiro de 1983. Partiremos da análise dos dados oficiais referentes a estes crimes — onde constatamos uma considerável elevação de índices, no período — relacionando-a com a “leitura” da página policial do “Diário da Tarde”. Iremos observar o compor-

(52) — *Ibid.*, p. 75

tamento do jornal diante da incidência de violência sexual, ressaltando aspectos de conteúdo que, subliminarmente, sugerem a evolução de um estado latente da idéia do crime para a prática criminosa.

Não encontramos, entretanto, evidências de intencionalidade jornalística na realização destes efeitos, obviamente indesejáveis. O mesmo não se pode dizer em relação ao sensacionalismo. Este é intencionalmente praticado. Assim, podemos seguramente afirmar que, quanto ao evidente aumento de números de estupros, existe uma forte predominância da causalidade: um imprevisível "efeito colateral" de um remédio supostamente catártico.

a. *Sexo ao molho pardo: a violência sexual em fevereiro de 1983, em Belo Horizonte*

"Versaram os presentes autos sobre a morte da garota VÂNIA GOMES VINHAL, de 10 anos, cujo corpo foi encontrado sem vida na manhã do dia 02 do corrente, nos fundos dos lotes das casas n.ºs 28 e 34 da rua Santa Clara, bairro Aparecida, nesta Capital, com visíveis sinais de que fora vítima de estupro e esganadura. Devido à violência bestial que envolveu tal evento, o mesmo chocou profundamente não só os familiares da pequena e indefesa vítima, mas também a todos que dele tomaram conhecimento. Aliás, ainda devido à brutalidade e covardia que envolveram tal crime, o mesmo foi motivo de ampla divulgação da imprensa escrita, falada e televisada" (53).

O primeiro parágrafo do relatório que conclui o inquérito policial que apurou tal crime dá-nos uma visão de sua repercussão. Sem dúvida, os meios de comunicação (locais e regionais, principalmente, e nacionais, em menor escala) destinaram razoável espaço ao "Caso Vânia", como ficou conhecido. O tema foi um "prato cheio" não só para os veículos populares, inclusive emissoras de rádio e TV, mas também para os informativos "clássicos".

Devido à sua extrema carga sensacional, o "Caso Vânia" fez ainda com que os órgãos de comunicação, notadamente os mais populares — jornais e emissoras de rádio — tornassem-se mais intensos na divulgação de crimes desta natureza. O programa "O Povo na TV", também, utilizou-se fartamente do assunto para ocupar razoável parte de suas várias horas diárias de transmissão.

De maneira geral, o que se observou durante o mês de fevereiro de 1983 foi uma manipulação da opinião pública, ainda que não intencional, direcionando-a predominantemente para o tema, assim como a venda de um

(53) — Relatório do delegado adjunto de Homicídios, Transvaal J. G. Bomfim, ao remeter o inquérito policial à Justiça de Belo Horizonte, em 24 de fevereiro de 1983.

jogador de futebol para o exterior domina o noticiário esportivo durante a transação. O "Caso Vânia" não foi diferente. Só que, por sua natureza humana, este tinha a particularidade de ser chocante.

Por outro lado, o registro oficial dos crimes sexuais ocorridos em Belo Horizonte, neste período, atesta realmente um aumento significativo na incidência destes crimes, tanto em relação aos meses anteriores como em comparação com o mesmo período do ano anterior, conforme podemos verificar nas tabelas a seguir. Devemos observar que, nos dados expostos, não estão incluídos os estupros que resultaram em morte, porque estes são classificados como homicídios.

Incidência de estupros Belo Horizonte

novembro/82	04
dezembro/82	03
média mensal/82	05
janeiro/83	03
fevereiro/83	16
março/83	08
abril/83	13
média (J,F,M,A)/83	10

Comparação com o período anterior

mês	ano	1982	1983
janeiro		07	03
fevereiro		08	16
março		04	08
abril		05	13
total		24	40
média/mês		06	10

Fonte: Relatórios mensais de atividades do Cartório da Delegacia de Costumes do Depto. de Investigações da Secretaria de Segurança Pública — MG

item: estupro — ocorrências registradas

A média nos quatro primeiros meses de 1983 foi exatamente duas vezes superior à média verificada nos doze meses anteriores. Considerando-se somente o mês de fevereiro — 1983, observamos que a incidência de estupro foi, neste período, mais de três vezes maior do que a média registrada em 1982. Na comparação específica, o mês de fevereiro — 1983 registra uma incidência também duas vezes superior em relação ao mesmo período do ano anterior.

O conhecimento público deste visível aumento de incidência de crimes sexuais, devido à ampla cobertura dos órgãos de comunicação, provocou, de maneira evidente, repercussões incomuns, como um pronunciamento à imprensa do general Moacyr Pereira, então comandante da IV Divisão de Exército, conforme veremos documentado pelo próprio “Diário da Tarde”, em sua edição do dia 21-02-83, no item seguinte deste trabalho.

Verificou-se, também, uma clara apreensão social — ou, na visão do “Diário da Tarde”, uma “onda de pânico” e “terror” — chegando a afetar, inclusive, a frequência de alunos nas escolas localizadas, principalmente, nas periferias.

O que nos parece provar mais contundência a participação catalisadora dos meios de comunicação social no desencadeamento de violência é, contudo, o retorno à ação dos grupos de execução sumária, o “Bom-Bril” e o “Cravo Vermelho”, responsáveis anônimos pelo assassinato de dois acusados de prática de estupro no mês de fevereiro de 1983.

O primeiro “presunto” — gíria policial que identifica as vítimas do “Esquadrão da Morte” — foi o único dos quatro implicados na morte de Vânia Gomes Vinhal que negou sua participação no crime: José Luís Botaro, o “Caveira”, que se encontrava em liberdade por não ter sido autuado em flagrante. Acusado pelos três outros participantes do crime “Caveira” prestou depoimento à polícia, dia 4, durante 16 horas, indo contra todas as evidências e suspeitas policiais que o incriminavam. No dia 10, ele apareceria morto, ao estilo do “Esquadrão da Morte”: crivado de balas e violentamente mutilado.

No dia seguinte, o fato ocupou espaço nos jornais de maneira tão vasta como o dedicado ao “Caso Vânia”, como a recompensar o esforço de se ter nutrido, com matérias diárias sobre o episódio, essa inesgotável fonte de notícias que é a violência humana.

Ainda no dia 11, pela manhã, os repórteres policiais seriam deslocados em peso para um terreno baldio no bairro Palmares, onde “outro estupro aparece executado”, conforme anunciou o “Diário da Tarde” em manchete de primeira página de sua edição do dia 12, um sábado. Desta vez, a vítima foi o chapa de caminhão Renato Luiz Alves, que, no sábado anterior, dia 5, havia violentado a cunhada, de nove anos de idade. Ao lado do corpo, cravos vermelhos e esponjas de palha de aço, além de bilhetes feitos com

recortes de letras dos títulos do próprio "Diário da Tarde", formando frases como "não estupro mais menor" e "ass.: Cravo volta feliz".

É digno de registro, ainda, a informação de que, antes das execuções de José Luís Botaro e Renato Luiz Alves, os veículos de comunicação já haviam aberto espaço para registrar declarações de populares desejando a morte dos "monstros", como única maneira de se vingar os crimes cometidos por eles. O chapa de caminhão foi ameaçado de linchamento ao retornar ao seu barraco, por moradores do bairro, logo após ter sido liberado pela polícia. Um apresentador do programa "O Povo na TV" chegou a justificar o seu assassinato, antes que ele fosse consumado.

Diante desses fatos, observa-se que os meios de comunicação populares criaram uma predisposição da opinião pública contra os criminosos sexuais, mais do que contra a violência sexual em si.

A barbaridade com que foram praticados os estupros, e ainda a execução de dois acusados, fizeram com que os repórteres redobrassem seus esforços no sentido de "cavar" outras matérias relacionadas com a onda de violência sexual observada. E tudo aconteceu em cadeia, com intensa violência, e em pequeno espaço de tempo.

O retorno das execuções sumárias assumidas por grupos anônimos, que tiveram seu pique de 1979 a 1981, "quando mais de 200 pessoas tiveram fim idêntico", segundo o DT, não serviu ao menos para desestimular, através do medo, a repetição de crimes semelhantes aos que praticaram as vítimas do "Esquadrão". Eles continuaram a acontecer, ainda em fevereiro, como mostram os dados tabulados anteriormente, que registram índices bem acima da média também nos meses de março e abril de 1983.

No dia 15, a morte de uma outra menina de 10 anos, também vítima de estupradores, fez com que o "Diário da Tarde" considerasse os crimes de natureza sexual "quase que uma rotina na vida do belo-horizontino", conforme expresso em sua edição do dia 16, passados apenas 13 dias da edição que noticiou o "Caso Vânia", desencadeando a intensa cobertura dos casos seguintes.

Entretanto, diante da repetição de crimes sexuais, com características semelhantes, os meios de comunicação não se restringiram apenas ao mero registro. A "onda de violência sexual" serviu também de "gancho" para entrevistas com policiais, sociólogos, autoridades e pessoas do povo sobre o assunto. O delegado de Costumes, Edson Deroma, chegou a pedir a pena de morte institucionalizada para estupradores e o juiz de Menores de Belo Horizonte, Cantídio Pereira Alvim, reuniu a imprensa para pedir "moderação" na divulgação de casos desta natureza.

Na mesma matéria que trazia os apelos acima, na página 19 da edição do dia 18, o DT informava que já havia acontecido nove estupros em Belo Horizonte, desde o dia 1.º. "Em dois deles, as vítimas morreram estranguladas: duas meninas de 10 anos de idade". Acrescen-

te-se, ainda, os dois assassinatos assumido pelo "Esquadrão da Morte" e um fato raro e grotesco: o nono estupro de que se teve notícia em fevereiro foi contra uma "anciã mendiga, de 70 anos".

O delegado de Costumes, entretanto, divulgou um cálculo apontando "cerca de 40 estupros registrados só em sua delegacia, neste mês e meio de 1983, contra 197 em todo o ano passado", dados que não conseguimos comprovar nos relatórios oficiais do Cartório da Delegacia de Costumes. A soma dos números de ocorrências de estupros registradas nos doze meses de 1982 aponta um total de 61. Independentemente da defasagem entre os dados oficiais e o cálculo do delegado Deroma, verifica-se a mesma proporção alarmante evidenciada pelo policial. A soma dos quatro primeiros meses de 1983 aponta 40 casos registrados, que correspondem a 46% do total registrado no ano anterior.

O próprio delegado levanta, ainda, uma hipótese que devemos mencionar: "a divulgação do estupro da menor Vânia (...) fez com que vítimas que antes calavam, se encorajaram (sic) a dar queixa à polícia". A mesma matéria, por outro lado, traz a opinião do juiz de Menores, para quem "pessoas de má índole podem receber estímulos com o noticiário".

Para que formemos um juízo mais profundo desta possível influência exercida pelos meios de comunicação na maior incidência destes crimes, devemos documentar este trabalho com a análise do próprio conteúdo informativo oferecido pelo "Diário da Tarde" na cobertura dos casos.

b. O DT em "flashes": a "leitura" da página policial

Devido à maior viabilidade de documentação e à sua maior penetração junto às camadas populares, escolhemos, para efeito de análise, "Diário da Tarde" como o veículo em que iremos centrar nossas observações. Cumpre-nos dizer que o "Diário da Tarde" é o único vespertino de Belo Horizonte, pertencente aos Diários Associados, empresa que domina, também, o maior jornal matutino do Estado, o "Estado de Minas".

De linha estética bastante diversa do que seu irmão mais velho, o DT não foge à regra dos jornais do gênero policial e/ou esportivo: vende pela manchete da capa. Sem concorrente direto em seu gênero, vale-se principalmente da venda em bancas para circular uma média de 22 mil exemplares, em dias úteis, segundo dados fornecidos pelos editores ao Serviço de Estatística da Educação e Cultura do MEC (54).

O que veremos, agora, é a trajetória das informações dos crimes sexuais ocorridos em fevereiro de 1983, de acordo com a cobertura feita

(54) — Conforme divulgado pela revista **Briefing**, fevereiro/março — 1982, segunda impressão, revista e ampliada em maio — 1982, p. 20.

por este jornal, deixando propositadamente que as transcrições de trechos falem mais do que as nossas próprias observações (55).

Como vimos, o assassinato de Vânia Gomes Vinhal aconteceu na tarde do dia 1.º de fevereiro, vindo a público na manhã do dia seguinte, para estampar as manchetes da edição do dia 3. Para a compreensão do processo “instigatório” exercido pela linguagem do setor, importamos começar a “leitura” da edição imediatamente anterior ao “Caso Vânia”.

1) A multiplicação da dor: O “Caso Vânia” como fonte de notícias

a) “Uma fantástica história de seqüestro e magia no Eldorado” é a manchete da página de polícia, edição do dia 02, atribuída a uma notícia cujo *lead* transcrevemos:

“Um menino de dois anos está correndo o risco de ser seqüestrado a qualquer momento, por dois rapazes que se diziam seus proprietários, uma vez que o garoto, segundo eles, foi vendido a uma igreja onde será sacrificado em oferendas a um deus qualquer. O estranho e macabro episódio vem acontecendo no bairro Eldorado, e ontem, a mãe do menino foi mais uma vez procurada pelos desconhecidos, quando tentaram obrigá-la a assinar um documento doando o menor”.

A notícia de que um seqüestro pode acontecer, em circunstâncias exóticas, perde o valor noticioso tanto pela inexatidão dos fatos (verificadas pela incidência de construções verbais no gerúndio) como por seus apelos sensacionalistas. Mesmo assim, o assunto ainda é reforçado na edição do dia seguinte, como poderemos verificar, tendo como pano-de-fundo o “Caso Vânia”, que, por sua vez, predomina no noticiário.

b) Na edição do dia 03, as manchetes, tanto da capa como da página de polícia, são sobre o assassinato de Vânia. Todo o espaço noticioso da página 20 é dedicado ao crime, com a seguinte manchete: “A trágica morte da pequena Vânia, por 4 rapazes drogados”. A matéria vem ilustrada com cinco fotografias: os quatro acusados e uma foto de Vânia, em família, com a seguinte legenda: “Vânia era meiga e muito alegre”. Na parte inferior esquerda da página, outra matéria, em “box”, sob o título “Revolta, indignação e dor”, acompanhada de uma fotografia do enterro da vítima.

A matéria principal narra o trabalho policial de apuração do crime, constando, inclusive, da confissão dos três acusados presos. O

(55) — As transcrições observam a cronologia das edições. Das 24 edições de fevereiro, somente 14 foram analisadas, entre os dias 02 e 22, por falha na documentação. Houve falhas, ainda, na documentação das primeiras páginas. A pontuação, as palavras e a construção do texto são transcritas como foram impressas.

menor R. contou que o grupo havia “tomado pinga e fumado maconha” e que ele havia prometido dar goiabas à menina Vânia, artifício que usou para “atraí-la”: “Quando ela voltou, entreguei-lhe as goiabas. Vânia já ia saindo quando o Luís agarrou-a à força e arrastou-a para o quarto. Ela reagiu, mas não gritou. Luís tirou-lhe a roupa, na frente de todos nós, e foi o primeiro a manter relação sexual com ela. Depois foi a minha vez, em seguida do Rodrigo e por último ficou o Beto (Sebastião). Quando Beto estava com Vânia, ela desmaiou. Assim que ele terminou, decidimos carregá-la para o fundo do quintal, onde a jogamos por cima do muro. Deixei o Luís lá com ela e saí junto com os outros”.

O relato continua, metuculoso em detalhes, embora em linguagem neutra. O repórter dá outras informações sobre R.: tem namorada; “consegue sempre ter contatos íntimos com mulheres, mas sem apelar”; cursou até a 6.ª série, mas “foi obrigado a abandonar os estudos por problemas financeiros”. Sobre os outros acusados, afirma-se que Beto é do tipo “cínico, mais esperto que os colegas” e que José Rodrigues foi “demitido do emprego” de fiscal da Mesbla.

O texto da matéria em “box” enfoca particularmente a multidão que, no dia anterior, se formou diante do corpo assassinado de Vânia: “Toda aquela gente não era simplesmente curiosa. Em cada olhar percebia-se revolta, indignação ao extremo, e muita solidariedade para com a pequena vítima”. Em seguida, o jornal abre espaço para opiniões de populares: “Só a morte de um sujeito assim tranqüiliza o povo” — depoimento que ilustra a contento as manifestações populares ouvidas e transcritas pelo repórter.

Ainda na edição do dia 03, o DT publica, na página 19, notícia sob o título “Eldorado continua em pânico com o caso do menino”, uma suíte da notícia que, no dia anterior, tinha ocupado a manchete. A transcrição do *lead* elimina qualquer esforço de se provar sensacionalismo, pois ele está implícito:

“O assassinato cruel da menor Vânia, ocorrido ontem, serviu para aumentar ainda mais o desespero da população, intranqüila com a onda de violência que tomou conta da cidade nos últimos dias. Uma das pessoas mais nervosas com o problema é o funcionário da Fiat, José Venâncio. Ele mora na rua Bélgica, Eldorado, e ao saber da notícia, comentou laconicamente: — “Eu sabia que qualquer dia isto ia acontecer”. É que um dia antes, na terça-feira, ele fez um apelo a todos os pais de sua rua para terem o máximo cuidado com os filhos”.

c) Nas edições dos dias 04 e 05, o impacto causado pelo assassinato de Vânia é mantido por sucessivas suítes, servindo de reboque à divulgação sensacionalista de outras violências sexuais registradas na cidade. Uma tentativa de estupro, ocorrida em um outro bairro, onde “um rapaz tentou violentar uma menina de 9 anos e chegou a rasgar suas roupas mas diante da presença de populares subiu numa bicicleta e fugiu”, mereceu destaque bem maior que o comum, mesmo em se tratando de um jornal popular.

Ainda nesta primeira semana de fevereiro, o DT noticia outro caso, ocorrido no bairro Eldorado: "Menina de 4 anos estuprada por um menino de 15, que fugiu". No sábado, o DT retorna a centrar seu foco no "Caso Vânia", dedicando amplo espaço ao depoimento de José Luís Botaro, o quarto implicado no crime. Durante 16 horas, ele foi interrogado pela polícia, negando sua participação. No entanto, todo o seu depoimento é noticiado.

Em cinco dias, aconteceram três fatos policiais de natureza sexual na metrópole de Belo Horizonte — o "brutal" assassinato de Vânia, uma tentativa de estupro e um estupro — cuja divulgação em massa foi suficiente para uma possível "onda de violência", em razão de páginas inteiras e sucessivas manchetes. A julgar pela proporção populacional de Belo Horizonte, e pelo pequeno período de tempo, somos levados a crer que estes fatos, por si só, não poderiam ser considerados como uma "onda de violência", ainda que não se constituíssem na rotina das ocorrências policiais.

2) A comprovação da reação em cadeia

a) A edição de segunda-feira é a de maior tiragem do "Diário da Tarde", pois seu irmão mais velho, o "Estado de Minas", não circula neste dia. Por isso, o DT, às segundas, é matutino. A edição de segunda-feira, dia 07, traz como manchete da página policial a matéria intitulada "Chapa de Caminhão" estupra cunhada de apenas nove anos", ilustrada com três fotografias, que ocupam espaço maior do que o texto. Deste, registramos o primeiro período do *lead*:

"Justamente agora que o brutal assassinato da menor Vânia Gomes Vinhal, que foi estuprada por quatro rapazes, ainda está na memória da população, outro fato quase idêntico e que por pouco não atingiu as mesmas proporções voltou a abalar a opinião pública". O fato aconteceu no sábado anterior, dia 05.

Além de considerar o "Caso Vânia" como ainda motivo de impacto emocional, o texto acena para uma "quase" identidade entre os dois fatos, comparação com a qual o bom senso recomenda não concordar. Mesmo existindo a coincidência de sua natureza e as idades próximas das vítimas, os crimes são distintos; assim como o são as circunstâncias em que aconteceram, a começar de suas motivações individuais e, portanto, diversas.

Usamos do próprio texto do DT, numa matéria publicada no dia 12, em uma retranscrição intitulada "Recordando", para contar o que aconteceu: "Renato contou que tinha se mudado no sábado para o lote de uma irmã, na rua... Tão logo chegou, deu dinheiro à mulher para fazer compras e, ficando sozinho com a pequena cunhada, cometeu o crime" e "acabou preso depois de tentar socorrer sua vítima no Pronto Socorro", onde chegou dizendo que a menina havia tomado um tombo.

Se não fosse a intensa cobertura dada ao "Caso Vânia", na semana anterior, esta notícia seria tratada como mero "calhau", para completar as linhas de alguma outra matéria, a julgar pela praxe do setor. No entanto, o fato mereceu manchete e, ainda no juízo do repórter, "voltou a abalar a opinião pública".

b) Na edição seguinte, porém, o DT nada diz a respeito do estupro cometido pelo "chapa de caminhão". A manchete da página de polícia, novamente, reforça atenções ao "Caso Vânia": "Morte de Vânia": delegado vai pedir a prisão preventiva de "Caveira", ou José Luis Botaro, cujo depoimento já havia sido publicado, em detalhes, na edição de sábado. Mesmo assim, a suíte ocupa um espaço correspondente a um quarto de página, e publicando-se ainda um fotografia do acusado.

Diante da não repetição de casos de estupro, as suítes passaram a predominar. Na edição de quarta-feira, o assunto novo é a "mudança da aparência de "Caveira", que voltou à Delegacia de Homicídios para ser identificado criminalmente. O acusado, antes cabeludo, cortou os cabelos e vestia-se formalmente. A matéria, editada na metade inferior da página, narra, ainda, as últimas providências da polícia em relação à investigação do caso.

c) O final da semana já se aproximava, sem que um novo caso acontecesse. Na quarta-feira, dia 10, o repórter Eduardo Costa aproveita os resquícios do impacto causado pelo "Caso Vânia" e fatos posteriores para assinar uma matéria intitulada "Os crimes de natureza sexual têm solução? Veja as opiniões", publicada em manchete na página 19.

Nesta mesma página, abaixo da matéria principal, é publicada uma notícia sobre o "Caso Vânia", com o título "Mãe de Vânia relembra os últimos passos da filha". Bem mais discreta do que as anteriores, a notícia traz, ainda, a informação de que o advogado Rogério Augusto de Souza iria funcionar na assistência de acusação, "sem receber nenhum horário", "movido por um sentimento de humanidade cristã" (56).

Em relação à matéria assinada pelo repórter Eduardo Costa achamos por bem transcrevê-la em anexo, ao final deste trabalho, para fundamentar nossas considerações a seu respeito, em razão de não ser uma mera notícia sobre a "onda de violência sexual", mas uma reportagem que aborda seus aspectos mais profundos e, por isso, sujeita a uma análise também mais profunda.

Mesmo em se levando em conta as características de linguagem peculiares ao setor policial, pode-se considerar o texto como um exercício

(56) — «Parece que se chegou ao ponto de se ter vergonha de dar uma boa notícia à comunidade. Pedem-se desculpas ao leitor por ter forçado a comunicar-lhe que algumas pessoas se salvaram do último grande desastre ferroviário».

Henrique PONGETTI, O Brasil responde, O Globo, 14-05-1958.

Apud Anís José LEÃO, Limites da Liberdade de Imprensa, p. 119-120.

crítico do jornalista, que tenta levantar razões para o comportamento do criminoso sexual, apoiando-se em opiniões de populares, médicos, educadores, sociólogos e comunicadores; questiona a participação da comunicação e o comportamento do próprio repórter (!) diante da violência, além de debater a questão da “violência pelas próprias mãos” e da pena de morte. É bem verdade que não conclui alguma coisa, deixando sem respostas algumas questões que ainda hoje estão a nos afligir.

De acordo com nossas observações, o jornalista chega a tecer “antimensagens” ao procurar “soluções mais abrangentes” para a violência sexual — fato curioso e à primeira vista contraditório, pois o conteúdo do texto reflete toda a problematização desta pesquisa, mesmo tendo sido veiculado pelo próprio DT, órgão cuja cobertura vem sendo nosso objeto de análise. “Antimensagem” porque, devido ao enfoque crítico dado ao texto, a matéria remete o leitor habitual da página de polícia a uma reflexão acerca da violência, buscando respostas na extensão e profundidade que as limitações do veículo permitem. Possibilitando a reflexão, uma matéria a respeito da violência sexual provavelmente jamais irá estimular alguém a externar sua violência reprimida, pelo menos de maneira inconsciente.

Devemos ressaltar, entretanto, que a matéria, publicada exatamente uma semana após a edição que noticiou o “Caso Vânia”, vem a reboque do impacto sensacionalista nutrido durante todo esse período. Estes elementos sensacionalistas são evidenciados, no texto, pelo constante reforço à “revolta”, “medo”, “pânico”, “inquietação”, ao mesmo tempo em que estigmatiza os criminosos sexuais: “monstros”, para alguns; “psicopatas” para outros.

Nesse sentido, a matéria inclui-se nos parâmetros em que enquadrámos a reportagem policial como um todo: a insistência na representação da aberração como reforço à validade da norma; o estabelecimento de uma “comunhão entre o público leitor e o jornal” (Antônio A. Serra), tornando ambígua a relação estruturalmente distinta e contraditória entre o “povo” e as instituições sociais e, ainda, a naturalização e perpetuação de uma relação intrínseca entre a anomalia social e sua localização nas camadas “inferiores” da sociedade. A este respeito, veremos adiante a não procedência da idéia de crime como um produto patológico social.

Interessante notar que, no dia da publicação desta reportagem, vem a público o aparecimento da primeira vítima do “Esquadrão da Morte”. Algumas horas, portanto, antecederam a redação do texto do instante em que José Luís Botaro é assassinado por grupos organizados anônimos que se apropriam das “dores do povo” e fazem “justiça” à margem da justiça.

d) A ocorrência deste crime faz com que o ímpeto sensacionalista do “Diário da Tarde” seja retomado, em proporção análoga à de sua violência que, por sua vez, tem suas raízes ligadas ao crime que desencadeou a série, o “Caso Vânia”. “Só o laudo do IML pode acusar o número de tiros em “Caveira”, anuncia a manchete dada à notícia do assassi-

nato de José Luís Botaro, na edição de sexta, ocupando mais de meia página, com três fotografias. “Uma morte trágica e com a eterna mania de vingança”, segundo o texto publicado em “box”, já comentada por nós anteriormente, quando citamos o “Esquadrão da Morte”.

e) Na mesma sexta, outro cadáver, nas mesmas condições, aparece em outro local da cidade. No sábado, a diagramação vazada da primeira página do “Diário da Tarde” facilita a leitura da manchete “outro estuprador aparece executado”, colocada acima da fotografia do corpo, em fundo preto. Na página policial, a confirmação daquilo que já era certeza: “Cravo Vermelho” assume morte do chapa que violentou cunhada. É a vez de contar os tiros dados em Renato Luiz Alves. “Os peritos contaram 28 perfurações a bala, num excesso de violência”, como diz a legenda das fotos que ilustram a matéria que, por sua vez, mereceu “excesso” de espaço: texto, fotos e título ocupam mais de 3/4 da página.

No *lead*, após identificar Renato como o que “estuprou uma cunhada, de 9 anos”, o repórter comenta em tom grave: “Agora, só resta lamentar que um autor de crime que chocou a opinião pública tenha passado por três delegacias e, misteriosamente, permanecido em liberdade, até a morte que será mais uma das centenas em apuração nos arquivos mortos de nossa Segurança Pública”.

O texto é extenso e conta, em detalhes, todas as circunstâncias do encontro do cadáver: descreve o local, entrevista o homem que viu primeiro, levanta pistas policiais, narra o trabalho dos peritos. Faz menção, ainda, aos sinais do “Cravo Vermelho” — as esponjas de palha de aço, os cravos, os bilhetes formados de “letras recortadas de jornal”.

Após o subtítulo “Recordando”, o repórter faz uma retrospectiva, narrando toda a seqüência de crimes sexuais iniciados com o “Caso Vânia”, até os últimos passos de Renato Luiz Alves de que se teve conhecimento. “A morte desse estuprador exige recordações”, afirma ele, ao iniciar a narrativa, onde afirma que “tudo aconteceu em cadeia”.

Com destaque (fotografias, cercada), outra matéria, de texto curto, narra um fato que, não sendo a descrição de um crime, se assemelha mais às notas típicas de colunas sociais, só que referentes às eminências do mundo marginal. “Eutuprador com doença venérea chega ao HPS” é o título dado ao texto que considera o fato como “inusitado”. A “notícia” refere-se a um dos que participou do “Caso Vânia”, que “deu entrada no Pronto Socorro, algemado e escoltado por dois policiais, para ser tratado de uma doença venérea” (...), “enquanto toda a cidade comentava as atrocidades de que foi vítima o “chapa de caminhão” que estuprou uma cunhada de nove anos e ontem apareceu com o corpo crivado de balas”, numa redundância informativa que só encontra razões como apelo sensacionalista.

3) A "saturação" do assunto

a) Treze dias depois de trazer ao conhecimento público o assassinato de Vânia, a página policial do "Diário da Tarde" parecia cumprir o mesmo roteiro, trocando apenas os nomes das vítimas. Na edição do dia 16, quarta-feira, a manchete "outra menina de 10 anos estuprada e morta em BH" faz alusão direta, mais uma vez, ao "Caso Vânia", como se fosse necessário multiplicar (ou dividir?) a sua carga sensacional.

b) Na edição do dia 18, sexta-feira, já não se vê o exagero das edições anteriores. Uma matéria resumida, sob o título "Delegado quer pena de morte para estupradores" é publicada, cercada, na página 19, enfocando os mais recentes fatos da onda de violência sexual: o delegado de Costumes defende a "pena de morte para estupradores de menores, por não acreditar em sua recuperação"; o juiz de Menores pede reforço no policiamento em portas de grupos escolares "por estar havendo pânico entre a população de Belo Horizonte", e "mais um estupro" acontece, desta vez, "de uma anciã mendiga, de 70 anos".

Além das declarações do delegado de Costumes e do juiz de Menores, já documentadas anteriormente, o texto relembra as circunstâncias do "Caso Vânia" e o reaparecimento do "Esquadrão da Morte".

c) O assunto "onda de violência sexual" já estava visivelmente desgastado. O aprofundamento em detalhes é menor, embora a notícia de novos estupros na cidade ainda mereça a manchete da página de polícia, na edição de segunda-feira, dia 21: "Polícia às voltas com mais estupros. Uma jovem sumiu". O texto referente ocupa menos espaço que o correspondente às fotos e títulos, o que, segundo a definição de José Nabatino Ramos, já citada, podemos considerar como "sensacionalismo formal".

Em "box", uma pequena notícia, sob o título "Preso por tentar estuprar menina", refere-se ao porteiro de um prédio que tentou "carícias íntimas" com a filha menor de um dos moradores.

d) A documentação do DT permite que cheguemos somente até a edição do dia 22, concluindo uma amostragem que, senão compacta, julgamos representativa. A única notícia referente à onda de violência sexual está na página 19, no alto, à direita, cercada por fios e sob o seguinte título: "General fala de estupros". Trata-se de uma rápida entrevista com o então comandante da IV Divisão de Exército, realizada em uma solenidade militar, na qual ele afirma que não vê "características de violência político-econômica" na onda de violência verificada até então, "refletida na série de estupros contra menores", segundo o DT. O general, conforme divulgado, "considera que a causa de tais acontecimentos é a "falta de educação" e acha que o estupro "são motivados por violência individual".

c. *Considerações necessárias*

Ainda como cada um reage de maneira individual à violência, a criminalidade existe em função da personalidade de cada um dos transgressores, principalmente quando o crime tem origens em psiquismos individuais, como é o caso do estupro.

Esta observação, porém, não elimina a possibilidade de que condições sociais independentes da individualidade do cidadão resultem num comportamento criminoso, o que é evidenciado sem muito esforço nos crimes contra o patrimônio. Nessa ótica, é óbvio que os índices de assaltos e roubos tendem a crescer, quando o desemprego e a miséria atingem índices também intoleráveis. Sem margem de erro, é seguro afirmar que rouba-se muito mais por necessidade do que por mero prazer ou banditismo.

Não procede, entretanto, a alusão à onda de violência sexual verificada em fevereiro de 1983, em Belo Horizonte, como um fenômeno social patológico. Embora tenha se verificado vários aspectos coincidentes (pequena idade das vítimas, mesmo extrato social, etc) não se pode considerar a sucessão de violência sexual como uma "onda" motivada por razões estruturais da sociedade.

Justificamos nosso raciocínio com as considerações a respeito de "crime e patologia social" feitas pelo criminólogo Manuel López-Rey:

"A consideração de crime como um fenômeno social patológico é o resultado de considerar como tal os atos ou condições que, devido à sua freqüência e aos malefícios causados ao sistema social, requerem uma oposição oficial contínua e imediata".

"Na melhor das hipóteses, a patologia social é um rótulo imposto, talvez por uma concepção idealista da sociedade, ou tomando emprestado à biologia uma idéia orgânica da sociedade, ou ambas. O crime individual é, em certas ocasiões, o resultado de condições individuais patológicas (...). Porém isso não torna o crime um produto patológico social" (57).

No desencadeamento de crimes de natureza sexual a partir do "Caso Vânia", é preciso considerar a influência desempenhada pela intensa cobertura sensacionalista dada aos fatos, através dos veículos de comunicação de alcance popular, aumentando a repercussão destes crimes e, assim, contribuindo para que repetições desses delitos acontecessem. Ao provocar polêmica, os meios de comunicação geraram uma instabilidade evidenciada pelas manifestações de pânico e terror, ocasionando um clima propício à realização dos crimes sexuais. Reforçando as características coletivas destes fatos isolados, sugere-se que a ação do criminoso sexual seja

(57) — Manuel LÓPEZ-REY, *Crime — um estudo analítico*, p. 122.

também uma manifestação coletiva, facilitando, portanto, o anonimato individual.

É seguro afirmar, também, que os dois assassinatos assumidos pelo “Esquadrão da Morte” ocorreram em consequência da excessiva divulgação sensacional dos casos de violência sexual. Ao pintar um quadro de profunda comoção popular, devido à violência empregada nos estupros contra crianças, os meios de comunicação — ainda que não intencionalmente, repetimos — serviram de sustentação para a ação dos grupos organizados, como se somente a eliminação dos estupradores viesse amenizar o impacto que seus crimes causaram na sociedade. Levamos em consideração, aqui, o fato dos acusados de estupros terem sido enquadrados como “monstros”, desajustados, de comportamento incompatível com a “normalidade” e, por isso, serem suprimíveis.

Como já observamos, esses crimes não menos graves, não foram suficientes para conter a incidência de violência sexual, porque também foram praticados sob o escudo do anonimato. O conhecimento de que a responsabilidade destes crimes dificilmente seria identificada nominalmente — como ainda não o foi — pode levar ao raciocínio de que um crime como o estupro, praticado longe de possíveis testemunhas, também dificilmente terá sua autoria apurada. A ação do “Esquadrão da Morte”, nesse sentido, contribuiu apenas para instituir a violência como um sintoma genérico da instabilidade social, tornando possível a concretização de atitudes, que, se antes eram reprimidas a nível psicológico e moral, passaram a ter motivações a partir da própria instituição da violência como prática comum e não mais como “desvio”.

3. CONCLUSÃO

Diante do relacionamento entre o índice de violência verificado em fevereiro de 1983 e a análise do noticiário divulgado pelo “Diário da Tarde”, referente aos crimes ocorridos, e ainda com base no apanhado teórico que fundamenta este trabalho, podemos concluir que:

a. A divulgação sensacionalista de crimes contribui, seguramente, para o aumento da criminalidade. Esta contribuição evidencia-se através do estímulo, da motivação e do sugestionamento da idéia do crime.

b. No caso analisado, verifica-se que a intensa divulgação dada pela imprensa no “Caso Vânia” serviu para estabelecer, instaurar e prolongar a onda de violência sexual, consubstanciada na repetição dos crimes. O sensacionalismo empregado em sua divulgação contribuiu para tornar real a idéia do crime em transgressores em potencial, através do reforço à prática de instintos reprimidos e de desencadeamento de uma instabilidade emocional na sociedade atingida pelos meios de comunicação populares, facilitando o anonimato individual de uma manifestação que passava a assumir caráter coletivo.

Os crimes sexuais ocorridos a partir da divulgação do "Caso Vânia" ocorreram, assim, em razão direta do impacto causado por ele. Esses crimes foram a própria repercussão provocada pela intensidade sensacionalista com que o fato foi explorado.

c. Não podemos afirmar que os meios de comunicação social são responsáveis pela violência. É certo, entretanto, que eles atuam como catalisadores do processo criminogênico. A consequência pode vir tanto imediatamente como a longo prazo. O fato é que esta violência reproduzida (produzida, sim, mas alimentada pela realidade) tende a ser extravasada.

Viu-se que a página policial pode atuar nesse sentido: o de extravasar a carga de violência contida nas pessoas. O sensacionalismo, entretanto, incute uma dose de violência cada vez maior nos leitores, provocando um "efeito contrário" que se resume no estímulo à violência, ainda que sua comprovação se prenda mais a evidências do que precisamente a fatos concretos.

d. Ao nível da cultura de massa como um todo, esse "efeito contrário" é o reflexo invertido do "espelho em que a sociedade se olha e se oferece como espetáculo" (Muniz Sodré), restando à platéia a opção de figurar somente no papel de "bandido". Em consequência, perpetua-se a representação da anomalia social como exclusiva das camadas sociais à margem das superestruturas, reproduzindo uma aparente normalidade que utiliza-se de suas próprias contradições para fazer valer a "ordem".

ANEXO — REPORTAGEM DO DIÁRIO DA TARDE

"Os crimes de natureza sexual têm solução? Veja as opiniões" (por Eduardo COSTA, Diário da Tarde, 10-02-83, p. 19)

Os crimes de natureza sexual, principalmente o estupro, são aqueles que descobrir testemunhas é tarefa quase impossível. São, também, aqueles que jamais terão seus números corretos nas pesquisas, pois pessoas experientes no setor policial garantem que para cada um caso trazido a público, existem dezenas de outros, cujos personagens, levados por parentes e amigos, preferem não desabafar e evitar a repercussão, à vezes pior que o próprio crime. Mas, em determinadas épocas, eles ganham destaque e assustam, revoltam, provocam polêmica, medo, pânico. Pena de morte para os responsáveis é a solução? Maioria esmagadora do povo diz que sim; especialistas garantem que não e o melhor é cada um de nós e, em especial, autoridades, procurarmos soluções mais abrangentes.

Na terça-feira da semana passada, à noite, Osvaldo Vinhal procurou amigos de emissoras de rádio e pediu para noticiarem o desaparecimento da filha Vânia, de 10 anos. Na manhã seguinte, a perplexidade de um pai que não via motivos para o repentino desaparecimento de uma criança, cujo comportamento era irrepreensível, cederam lugar à indignação. Vânia foi encontrada morta a menos de 100 metros de sua casa, seminua e com marcas externas de muita violência sexual. Um vizinho, ao descobrir o cadáver no fundo do lote, mais próximo, chegou a comentar com um amigo: "boneca grande aquela ali".

Eles chegaram mais perto e viram que era um ser humano, de carne e osso, que, apesar de manter uma aparência singela, trazia também, no todo, sinais evidentes de violência animalesca. Revolta geral. Centenas de pessoas pediram a cabeça dos responsáveis, com frases do tipo "vamos cortá-los pedaços por pedaços"; "que a mãe desculpe, mas esse tem de morrer", outras como: "sou católico, acredito em Deus, mas mato esse tarado no dente". Os poucos repórteres presentes tiveram dificuldades para descrever o que ouviam: avaliar o sentimento de vingança pelas próprias mãos e assumir seus inconvenientes, seus riscos, ou omitir declarações apaixonadas, emotivas, de momento?

Os assassinos de Vânia foram identificados — três autuados em flagrante e outro com prisão preventiva pedida. A notícia do drástico desaparecimento de uma inocente ainda repercutia quando, no dia seguinte, o noticiário policial versava sobre uma ocorrência num outro bairro de Belo Horizonte, quando um "rapaz tentou violentar uma menina de 9 anos e chegou a rasgar suas roupas mas, diante da presença de populares subiu numa bicicleta e fugiu". No dia seguinte, outro caso, do Eldorado: "Menina de 4 anos estuprada por um menino de 15, que fugiu". E, no dia posterior, sábado, outra notícia repugnante que mereceu manchete do DT em sua edição da última segunda-feira: "Chapa de caminhão estupra a cunhada de apenas nove anos".

E há uma semana o assunto principal nas ruas da capital, sobretudo na periferia, continua sendo a violência dos "monstros", como o povo chama os responsáveis por crimes de natureza sexual: chamadas a falar nas emissoras de rádio e televisão, as mães demonstram inquietação e perguntam quando é que vão poder liberar as filhas para comprar leite ou ir à escola, sem medo de não ocorrer o regresso. Pessoas de idade mais avançada perdem a seriedade para, aos gritos, pedirem morte para os "animais sem coração". Os mais jovens falam em linchamento, pedem à polícia para liberar esses tarados e coisas mais.

"Olho por olho?"

Em meio ao clamor de vingança na base de "olho por olho", ficam ao lado dos criminosos apenas os parentes. Mas a situação atingiu um clima tão apaixonante que até nesse caso aconteceu exceção, pois Cláudio Martins dos Santos, irmão de Renato Luiz Alves — o estuprador da pequena

cunhada — pensa diferente: “Ele tem de morrer, é meu irmão, mas estou cansado de tentar ajudar, dar conselho, pedir para ser homem direito. Agora casou, aos 28 anos, a mulher está grávida de cinco meses, arrumei serviço na quarta, emprestei barraco na sexta e no sábado ele me faz uma desta, me trai pelas costas”.

Para justificar seu posicionamento, Cláudio lembra também que a menina violentada é raquítica, doente, precisa de medicamentos e jamais poderia esperar tanta maldade de um parente. Diz também que o irmão “não é doido e foi preso algumas vezes por ser enrolado”. Ele não perdoa o fato de o irmão ter recebido o primeiro pagamento, entregue à mulher para que esta fizesse compras e, no meio tempo, abusasse da cunhada: “Isto quer dizer que foi premeditado, frio”. A mulher de Cláudio se revolta ainda mais:

— Quando entrei no barraco e vi a menina naquele estado nem acreditei. Tive de gritar para ele ir a um hospital, tentar salvar a vida dela. Olha, tenho duas filhas e, se acontece com uma delas vou ao inferno mas acabo com a vida dele. Não merece piedade de autoridades, padre, ninguém. E fiquei mais revoltada porque na segunda-feira ele apareceu lá no barraco. Tive de chamar uma RP e mandar levá-lo, o bairro inteiro queria arrebentá-lo.

O que pensa um sociólogo

O sociólogo Antônio Luís Paixão não crê na morte do responsável como solução, e acredita em três causas: o crescimento de uma cidade, o potencial de violência que carregamos, e a descrença do povo no funcionamento das instituições. Esse último ponto é o principal, pois vem exatamente de encontro às últimas frases de Eliane Guimarães Martins, mulher de Cláudio. Hoje, qualquer pessoa que foi a um bairro de periferia e perguntar se há algum morador que mete medo nos demais, o encontrará imediatamente. Esses ameaçadores são denunciados e, nas raras vezes que vão a uma delegacia, prometem mudar e voltam para o meio em que os suporta.

A PM informa que só trata de casos concretos e já anda sobrecarregada de tantas ocorrências, dos mais variados tipos. A Polícia Civil, desanimada nas delegacias, pensa duas ou três vezes para intimar o ameaçador: Para Antônio Paixão, o fato de estarmos nos libertando levam algumas pessoas à dúvida quanto ao bom funcionamento das instituições. Muitas vezes, diz, “o criminoso age na expectativa de que nada vai acontecer e, por outro lado, as vítimas e todo o povo pregam a resposta com a mesma violência, no entendimento de que a polícia não vai agir e por aí fora. Pelo que li, superficialmente, um desses tarados já tinha tentado contra outras meninas, o que mostra descrença nas medidas necessárias”.

Mas Paixão é contra a pena de morte, lembrando que as pesquisas dos Estados Unidos mostram baixa dos crimes relacionados com uma causa cujo autor foi condenado e preso logo após o julgamento. Como o presidente da Seção Mineira da Ordem dos Advogados do Brasil, Sidney Safe da Silveira, o sociólogo Antônio Luís Paixão vê a pena de morte como um risco de injustiça que jamais será reparada. O sociólogo até fala nos linchamentos, "onde pelos fatos que são trazidos a público, nem sempre os verdadeiros culpados são os atingidos; às vezes, um transeunte que passa na hora também entra na surra".

Educação

O cirurgião Lourenço Zanarde, diretor clínico do Hospital Belo Horizonte, conhece vários países do mundo e acha que só uma diferença entre a nossa comunidade as demais: "Educação". Como todos, ele também se mostra alarmado com as notícias de tais violências e acha que os psiquiatras e outras autoridades têm maior contribuição a dar, mas não foge a uma colocação: "A causa básica é a educação, a informação, o desequilíbrio social que é grande, a falta de educação no lar". E para o seu raciocínio existe "a maior das desgraças": a televisão:

— "Ela precisa ser censurada. Nossos filhos assistem coisas alarmantes sem que tenham estrutura necessária. Recentemente, me disseram que uma criança de três anos queria beijar a boca da mãe e, diante da negativa, perguntou porque não era possível, se na televisão isto acontecia a todo momento. Precisamos dar as mãos, imprensa, pais, professores, os brasileiros em geral, para criarmos pessoas sadias e não monstrinhos".

A propósito das declarações do dr. Zanarde, cabe outra indagação: será que as notícias de barbaridades estimularam outras? E a televisão, contribui? Aqui, o relato do jornalista Alcântara Xavier, que há anos e anos acompanha as informações e, com seriedade, faz delas sua profissão:

"Desde que eu me entendo por gente, vejo as autoridades chamadas competentes, bem como as pessoas que têm o dever de analisar as questões sociais e propor soluções, buscarem, em vez disso, escapatórias das mais estranhas".

"Por exemplo: para a delinqüência juvenil, nos meus tempos de menino (sem ser delinqüente, acho), culpavam as revistas em quadrinhos, como se no X-9, Gibi, Guri e outras publicações da época residisse toda a maldade humana".

"Veio a era da televisão e essa "máquina de fazer doidos", como dizia o Ponte Preta, virou bode expiatório para as presepadas que os jovens de todas as épocas sempre aprontaram, com mais ou menos intensidade".

"Violência, a rigor, confirma o jornalista, nasceu com a humanidade. Os desajustes de família, também. Quem duvidar que abra a bíblia logo em seu primeiro livro (Gênesis) e vai deparar com um homicídio (ou melhor, um fratricídio)".

Confesso que tenho receio de fazer esse tipo de julgamento. Será que essa onda de estupros (seria uma onda mesmo?) pode ser atribuída a alguém ou a alguma coisa especificamente? Creio que não. Um criminoso do tipo "Bandido da Cartucheira" teria recebido influência de televisão, do cinema, de revistas pornográficas? Duvido muito".

"Sem querer partir para o pieguismo religioso, estou seguro de uma coisa: o que tem faltado à humanidade — e isto não é de hoje —, é um pouco mais de temor a Deus. Não aquele temor no sentido de "medo do castigo". Temor no sentido de crença, de fé. O indivíduo que tem um mínimo de sentimento cristão e, por conseguinte, sabe dar valor à vida (sua e de seus semelhantes) jamais é capaz de uma atitude indigna".

'Somos culpados'

Para o médico e educador Wellington Armanelli, "nós estamos agora colhendo frutos de uma plantação que está sendo feita há muito tempo". Entende o professor que nós resolvemos relaxar os costumes, tivemos uma fase de muita preocupação com a segurança nacional e esquecemos a segurança pessoal. Em decorrência disso, passamos a receber a agressão contra a pessoa como sendo um processo de libertação, liberação de sentimentos e instintos, de certa forma até elogiável. Os professores, pais, autoridades, começaram a ver a licenciosidade como algo normal, tranqüilamente aceitável. Ele cita as agressões verbais e visuais que encontramos a todo instante:

"É simples. Basta ver os títulos de filmes apresentados numa sociedade como a nossa, brasileira, quando aparecem palavrões incríveis estampados nas portas dos cinemas, mostrando que mudamos demais. Só que, em consequência desse relaxamento de costumes, palavras e atos, vamos chegando nesse rio caudaloso de pornografias, imoralidades que deixam de ser verbal, intelectualizadas e passam para as vias de fato".

Estes homens, assegura, "fazem simplesmente consubstanciar em atos aquilo que eles vêem constantemente em qualquer filme ou novela de televisão. As novelas, hoje em dia, estão simplesmente dando ao indivíduo uma visão totalmente alienígena da realidade. Nós ouvimos, numa novela das 7, um cidadão dizer que é absolutamente normal o namorado dormir com a namorada. E quando, na novela, vemos o pai, que normalmente é uma pessoa retrógrada, tolo e imbecil, a mulher vira-se para ele e diz: Que

tem a menina acampar com o namoradinho? Ora, esse rapaz, não sendo um grande desviado sexual, vai agir como qualquer homem agiria, tendo a moça novinha, de quem ele gosta, disposta a tudo, lá dentro da barraca”.

Assim, diz o professor Armanelli, nós só estranhamos quando a coisa piora muito, esquecendo os detalhes. Mulher não falta e rapazes como Renato Luiz Alves não estão procurando uma mulher mas sim, no entendimento do professor, agredir uma criança, naquilo que mais nada é que um processo em que a sociedade planta, aduba e, na hora de colher, todos nós estranhamos. Ele acha que não somos apenas complacentes, mas também coniventes, cúmplices, daqueles que, quando mostram a violência, são chamados monstros. Agora, essa reação da comunidade contra os diversos tipos de violência, é bem vista pelo educador:

— “No dia em que acharmos tudo isso normal, estaremos caminhando para um caos”.

No tocante ao indivíduo em si, o professor entende que o criminoso confunde liberdade com libertinagem, sobretudo agora que fala-se muito em democracia a um povo despreparado, que corre o risco de confundir esta palavra com outra, a anarquia. Ele lembra o fato de todos nós termos o direito de usarmos a liberdade, até o ponto em que ela não atinja a dos outros. Armanelli aborda também o fato de uma criança já começar a vida marcada por uma violência que a destrói, e repete: “os culpados somos nós”. As conseqüências? Ele garante que são as piores possíveis, para as vítimas:

— “São graves. Especialmente, e parece incrível, para uma menina de 4 anos, violentada dias atrás. Todas essas crianças terão de passar por permanente tratamento psíquico pois, caso contrário, quando moças, mulheres, serão fatalmente incapacitadas para viver na plenitude de sua afetividade e emotividade. Foram arrasadas, feridas de tal maneira na sua personalidade que precisam de um tratamento psiquiátrico. Se não o fizerem, ficarão aleijadas, como se tivéssemos cortado um braço ou uma perna delas. Têm de ser reestruturadas, pois a idéia que têm do ser humano masculino é a pior possível, ainda que aparentemente esqueçam o fato”.

O professor não vê os responsáveis por crimes de origem sexual como loucos nem “sem-vergonhas”. São, no seu entendimento, psicopata, com o criminoso que sabe o que está fazendo e ainda leva a menina ao hospital, além de ameaçá-la, caso conte a verdade a familiares. São doentes para a sociedade. Esses criminosos sabem de tudo e são difíceis de serem conduzidos para uma trilha de sociabilidade.

OBS.: Assim como nas citações anteriores, a pontuação, as palavras e as construções verbais são transcritas como foram impressas.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BELTRÃO, Luiz. *Iniciação à filosofia do Jornalismo*. Rio de Janeiro, Agir, 1960.
- BOND, Fraser. *Introdução ao Jornalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro, Agir, 1962.
- BRIEFING. São Paulo, Logos, fev-mar. 1982.
- BURNET, Mary. *Meios de informação e violência*. Lisboa, Edições 70, 1971.
- ERBOLATO, Mário L. *Jornalismo especializado; emissão de textos no jornalismo impresso*. São Paulo, Atlas, 1981.
- HOHENBERG, John. *Manual de Jornalismo*. Fundo de Cultura, 1959.
- LAGE, Nilson. *deologia e técnica da notícia*. 2. ed. Petrópoles, Vozes, 1982.
- LEÃO, Anís José. *Limites da Liberdade de Imprensa*. Belo Horizonte, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1961.
- LÓPEZ-REY, Manuel. *Crime; um estudo analítico*. Rio de Janeiro, Artenova, 1973.
- McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo, Cultrix, s.d.
- MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1959.
- MORIN, Edgard. *Cultura de massas no século XX; o espírito do tempo*. 3. ed. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975.
- PORTÃO, Ramão Gomes. *A vítima nos meios de comunicação de massa*. São Paulo, Traço, 1982.
- RABAÇA, Carlos Alberto & BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro, Codecri, 1978.
- RAMOS, José Nabatino. *Jornalismo; dicionário enciclopédico*. Ibrasa, 1970.
- REZENDE, Márcio. *Jornal policial: uma tremenda prisão. Primeira Página*. Belo Horizonte, maio 1982, n.º zero.
- SERRA, Antônio A. *O desvio nosso de cada dia; a representação do cotidiano num jornal popular*. Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1979.
- SODRÉ, Muniz. *A comunicação do grotesco*. 8 ed. Petrópoles, Vozes, 1980. *O monopólio da fala*. 3 ed. Petrópoles, Vozes, 1981.